

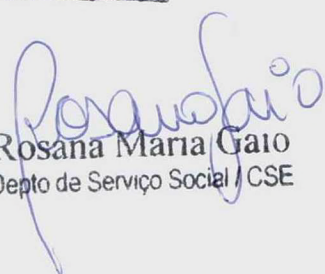
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À
COMUNIDADE DO FÓRUM DO NORTE DA ILHA/FLORIANÓPOLIS SOB O
OLHAR DO SEU USUÁRIO DIRETO**

JUCEMARA MARIA MARTINS

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 19/03/07


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS – SC

2006/2

JUCEMARA MARIA MARTINS

**Avaliação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade do Fórum do Norte
da Ilha/Florianópolis sob o olhar do seu usuário direto**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cláudia Voigt
Espínola.

JUCEMARA MARIA MARTINS

Avaliação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade do Fórum do Norte da Ilha/Florianópolis sob o olhar do seu usuário direto

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr^a. Cláudia Voigt Espínola
PRESIDENTE

Professora Dr^a. Maria Manoela Valença
Departamento de Serviço Social - UFSC
1^a EXAMINADORA

Salete T. Pompermaier
Assistente Social da UDESC-Florianópolis
CRESS 1899 -12^a Região
2^a EXAMINADORA

FLORIANÓPOLIS – SC

2006/2

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que eu realizasse este grandioso sonho!!

Aos meus pais (Manoel e Maria), a quem eu amo muito!

À minha mana, Juçara, pelo incentivo e admiração demonstrados a mim.

À minha mana, Gilmara (in memoriam), a quem amo e jamais esquecerei!!

À minha amada vó, Maria Guimarães Alves (in memoriam), exemplo de vida e luta! Foi e continua sendo meu referencial por toda a vida. Saudades!

Ao meu amor, José Paulo, uma pessoa maravilhosa, que Deus colocou no momento certo em minha vida. Te amo!

Às minhas guerreiras e amadas amigas da faculdade: Dora, Mari, Shirley e Milena. As tenho no coração!

À assistente social, Ana Maria Mafra Dal Bó, pelo ser humano grandioso e evoluído que é! Além de ser uma profissional referência em nossa profissão. Jamais a esquecerei!

À assistente social da UDESC, Salete, pelo incentivo e brilhante profissional que é, muito obrigada!

À minha orientadora, Cláudia, pela pessoa e profissional que é, a minha admiração.

Aos Mestres que me auxiliaram e incentivaram nesta caminhada.

À professora, Dr^a Maria Manoela Valença, excelente profissional que é, por aceitar fazer parte da minha banca. Muito Obrigada!

Aos meus amigos de trabalho do CEAD/UDESC: Marcinha, Soninha, Roberto, Carlos, Tetê, Laurinha, Maria Helena, Grazi, Ju, entre outros. Pelo auxílio, incentivo e paciência! Muito obrigada, vocês fazem parte da minha família!

À minha amiga e companheira de estágio, Daiane, exemplo de inteligência e determinação. A tenho no coração.

À minha melhor amiga, Elaine, e sua família. Amo-os muito!

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta na realização deste sonho.

Muito Obrigada!

Nota de Fé

Em qualquer fase da vida
Quando a prova te apareça,
Tempestade ou mágoa espessa
Ao peso de férrea cruz,
Recorda que o Céu te envia
Mais amparo do que pensas,
Mesmo nas trevas mais densas,
Deus te acende nova luz.

Conflitos, problemas, lutas,
Nas sendas por onde vamos,
São lições que precisamos,
A fim de saber servir;

Não há desprezo ante os Céus,
Olha o charco que se enflora,
Pensa na noite e na aurora
E guarda a fé no porvir.

Sufrimento é igual à nuvem...
Estrondo, fúria, ameaça...
Depois... é chuva que passa,
Frutos ganhando apogeus;
Se hoje sofres, não te esqueças,
Que amanhã, no Espaço Infinito,
O dia virá mais lindo,
Brilhando no amor de Deus.

Francisco Cândido Xavier.

RESUMO

MARTINS, Jucemara Maria. Avaliação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade do Fórum do Norte da Ilha/Florianópolis sob o olhar do seu usuário direto: o reeducando. 2007. 114 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em avaliar o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, desenvolvido pelo Fórum do Norte da Ilha/Florianópolis, porém sob o olhar do seu usuário direto, o reeducando. Considera a inserção e atuação do Serviço Social junto ao Judiciário no Brasil, em Santa Catarina e no Fórum do Norte da Ilha. Trata-se de pesquisa acerca das Penas Alternativas e no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. Finaliza com o resultado das entrevistas realizadas com 25 reeducandos que cumpriram a pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade, realizadas no período de Estágio Curricular Obrigatório, ou seja, que participaram do referido Programa. Este trabalho consiste no resultado de um processo de pesquisa quanti-qualitativa, que buscou conhecer o perfil sócio-demográfico dos reeducandos, quanto ao saber dos mesmos e opinião a respeito do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. Trata-se daquilo que aprenderam com tudo que vivenciaram, ou seja, desde o momento que cometeram o delito até o cumprimento da pena alternativa. Com este trabalho, visamos contribuir na operacionalização do referido Programa e para uma futura avaliação do mesmo.

Palavras chaves: Serviço Social no Judiciário. Penas Alternativas. Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Número de reeducandos por sexo.....	59
Gráfico 2: Faixa etária dos reeducandos.....	59
Gráfico 3: Origem geográfica.....	61
Gráfico 4: Estado civil.....	62
Gráfico 5: Número de reeducandos com filhos.....	63
Gráfico 6: Distribuição dos reeducandos segundo a condição da atividade.....	64
Gráfico 7: Autonomia e/ou dependência dos reeducandos.....	65
Gráfico 8: Escolaridade.....	66
Gráfico 9: Relação escolaridade/trabalho.....	67
Gráfico 10: Delitos/Reeducandos.....	68
Gráfico 11: Medida aplicada aos Reeducandos.....	69
Gráfico 12: Período da Medida aplicada aos Reeducandos.....	70
Gráfico 13: Tipo de instituição.....	71

SUMARIO

INTRODUÇÃO	8
1 O PODER JUDICIÁRIO E O SERVIÇO SOCIAL	10
1.1 O Serviço Social no Judiciário do Brasil	10
1.2 O Serviço Social no Judiciário de Santa Catarina	15
1.2.1 <i>O Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha</i>	19
1.2.2 <i>A importância do acesso à justiça</i>	27
2 DAS PENAS ALTERNATIVAS	31
2.1 A Pena Privativa de Liberdade	31
2.2 As Penas Alternativas	34
2.2.1 <i>A Pena Alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas</i>	39
2.2.2 <i>O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha</i>	46
3 PESQUISA REALIZADA JUNTO AOS REEDUCANDOS	55
3.1 Perfil Sócio-Demográfico dos Reeducandos Entrevistados	55
3.1.1 <i>Aspectos Metodológicos</i>	55
3.1.2 <i>Caracterização dos Reeducandos</i>	57
3.1.2.1 <i>Estrutura por sexo e idade</i>	58
3.1.2.2 <i>Origem Geográfica</i>	60
3.1.2.3 <i>Estado Civil</i>	61
3.1.3 <i>Situação Sócio-Econômica</i>	63
3.1.3.1 <i>Ocupação</i>	64
3.1.3.2 <i>Escolaridade</i>	65
3.1.4 <i>Contravenção Penal e a Aplicação da Medida</i>	67
3.1.5 <i>Encaminhamento às Instituições</i>	70
3.2 Análise das Entrevistas	72
3.2.1 <i>Avaliação das entrevistas realizadas junto aos Reeducandos</i>	76
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	82
ANEXO A – PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA	88
ANEXO B – CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS APLICADAS EM AUDIÊNCIA DE TRANSAÇÃO PENAL	111
ANEXO C – CADASTRO DO REEDUCANDO - ENTREVISTA	112
ANEXO D – AVALIAÇÃO FINAL	113

INTRODUÇÃO

As penas alternativas surgiram no Código Penal Brasileiro com o intuito de substituir a pena privativa de liberdade, para cidadãos que cometeram delitos considerados de menor potencial ofensivo.

O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade do Fórum do Norte da Ilha, em Florianópolis, originou-se de um projeto desenvolvido pela Assistente Social, Ana Maria Mafra Dal Bó e suas duas estagiárias, em 2003, do respectivo Fórum. Este Programa teve como base a pena alternativa de prestação de serviços à comunidade e tem como objetivo principal reeducar e ressocializar o usuário direto do Programa, ou seja, o reeducando. É importante ressaltar que, para o Direito Penal, todo cidadão que sofre uma pena (punição) denomina-se apenado, porém para o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, ele é considerado um *reeducando*, ou seja, cumprirá o respectivo Programa para ser reeducado e reintegrado novamente ao convívio em sociedade, por se tratar de cidadão com direitos e deveres. E será assim que o trataremos no presente trabalho.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetiva avaliar o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, mas sob o olhar do seu usuário direto: o reeducando, buscando conhecer o perfil desse usuário e contribuir para a operacionalização e futura avaliação do referido Programa.

O interesse pelo referido tema surgiu durante o período de Estágio Curricular Obrigatório, cumprido no Fórum do Norte da Ilha, quando, ao mantermos contato com o reeducando, percebemos a necessidade de saber dele qual a sua opinião sobre o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e o que aprendeu com toda a experiência que vivenciou. Para esse fim, incluímos duas questões abertas sobre o assunto, na Avaliação Final do Programa, que é realizada junto ao reeducando.

A realização do trabalho foi possível através de pesquisa bibliográfica e documental, e de trabalhos e livros que seguiam a mesma análise; além das entrevistas realizadas com os 25 reeducandos que cumpriram a pena alternativa de prestação de serviços à comunidade, ou seja, que participaram do referido Programa. Através dessas entrevistas, foi possível traçar o perfil sócio-demográfico dos reeducandos e saber qual foi o aprendizado, as vivências adquiridas com toda a experiência que vivenciaram, além de se obter a opinião deles em relação ao respectivo Programa.

Portanto, este trabalho consiste no resultado de um processo de pesquisa quanti-qualitativa, além de reflexões que não pretendem se esgotar, mas sim, contribuir para o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e para o trabalho desempenhado pelo Serviço Social.

No primeiro capítulo, serão apresentadas a inserção e atuação do Serviço Social no âmbito do Poder Judiciário no Brasil e, também, no Poder Judiciário Catarinense, sendo que abordaremos dados históricos sobre o surgimento do Judiciário Catarinense e sobre a inserção e atuação do Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha, em Florianópolis. Ainda neste capítulo, será discutida a importância dos cidadãos em relação ao seu acesso à Justiça, compreendida no seu sentido mais amplo.

No segundo capítulo, será abordada a pena privativa de liberdade, espaço em que se conta um pouco de sua história e como essa se apresenta, na atualidade, em nosso país. Após essa exposição, trata-se das penas alternativas, dando-se destaque à pena alternativa de prestação de serviços à comunidade, e ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, já que este surgiu em detrimento dessa pena alternativa; além disso, ressalta-se a importância de se utilizar ações sócio-educativas no referido Programa.

No terceiro e último capítulo, abordar-se-á a pesquisa quanti-qualitativa, realizada junto aos 25 reeducandos entrevistados, a partir da qual foi traçado seu perfil sócio-demográfico. Será feita ainda uma análise/reflexão sobre a opinião deles a respeito do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e sobre o que aprenderam com toda a experiência que vivenciaram.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

1 O PODER JUDICIÁRIO E O SERVIÇO SOCIAL

Neste primeiro capítulo, abordar-se-á a inserção e atuação do Serviço Social no âmbito do Poder Judiciário no Brasil, bem como no Estado de Santa Catarina, convergindo no Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha, já que este é o local onde foi realizado o Estágio Curricular Obrigatório e a pesquisa que originou o presente trabalho.

1.1 O Serviço Social no Judiciário do Brasil

Ao enfocarmos o Serviço Social, inserido no campo sócio-jurídico, identificamos o Poder Judiciário como uma das instituições básicas do Estado constitucional moderno que exerce uma função instrumental (dirimir conflitos), uma função política (promover o controle social) e uma função simbólica (promover a socialização das expectativas à interpretação das normas legais). O Poder Judiciário, assim como o Poder Executivo e o Poder Legislativo, é órgão pertencente ao corpo burocrático do Estado, cabendo ao Executivo a função de governar e administrar o Estado, ao Legislativo elaborar as leis e normas jurídicas e ao Poder Judiciário a atribuição de administração, distribuição da justiça e a aplicação das leis, o que implica o ato de julgar.

O Fórum é a representação física do Poder Judiciário na Comarca. É dentro do Fórum que atua o Poder Judiciário, tendo por finalidade a aplicação das Leis e a busca da garantia dos direitos dos cidadãos. O recurso judicial existe para aqueles que buscam os ajustes das incompatibilidades existentes e para os que descumprem a Lei, cabendo à justiça a mediação do seu cumprimento que deve ser compatível com as normas ditadas pela sociedade. O Fórum, portanto, é uma instituição pública, sendo o Tribunal de Justiça do Estado seu órgão mantenedor.

O Poder Judiciário no Brasil, segundo BENTO (1999, p.10):

[...] emerge no final do séc.XIX, época em que ocorreu a consolidação do sistema capitalista e a Proclamação da República, surgindo como um órgão normatizador e controlador especialmente com questões relativas às crianças.

A origem do Judiciário está intimamente ligada ao centro e detenção do poder, poder esse de controle sobre uma sociedade, focando normas e condutas de aceitação, objetivando a manutenção da ordem do Estado. Donzelot (1986 p. 66), referindo-se ao final

do século XIX, nos esclarece que, “paralelamente ao movimento promovido pela filantropia, emergiu o judiciário como normatizador/controlador das ações direcionadas à criança, principalmente nas Instituições que cuidavam dessas.”

Esse período histórico também foi marcado por uma crescente preocupação do Estado com a questão da educação; pois através dela o Estado fazia o controle da população. Para isso instituiu a gratuidade e a obrigatoriedade escolar, sendo que através dos ensinamentos na escola as crianças levariam a seus pais a moral vigente que lhes era ensinada, satisfazendo aos interesses do Estado e da classe dominante.

Porém, a família era considerada a principal socializadora, exercendo um grande poder sobre seus filhos, retirando-os das escolas, impedindo a ação do Estado.

Foi dentro desse processo histórico que apareceu o Judiciário, atuando inicialmente com questões relativas à criança, sendo atribuído ao Juiz o poder de aplicar a destituição do pátrio poder, “visando a garantia da segurança, saúde e moralidade da criança para que ocorra seu pleno desenvolvimento” (DONZELOT, 1986 apud BENTO, 1999, p.13), ou seja, cabia ao Judiciário o poder de intervir e controlar as ações da família.

Conforme Bento (1999, p.14), o ano de 1930 foi marcado pela crescente expansão industrial brasileira, com todas as implicações dela provenientes, fazendo com que o Estado passasse a atender as reivindicações das camadas populares através da criação de leis que amparassem a classe trabalhadora como: legislação trabalhista, sindical, previdenciária e assistencial.

É nesse contexto que o Serviço Social – no Brasil – se insere no Judiciário, a partir da década de 30, em um momento que o país discutia propostas de desenvolvimento e ocorria um aumento das tensões sociais decorrentes da inflação e da política nacionalista de Getúlio Vargas, que assumia a presidência do país. A lógica do Estado e das classes dominantes era de prestar assistência aos pobres de forma a economizar custos com encargos sociais.

Assim, afirma Oliveira (1989, p.26):

No Brasil, a política social nasceu e se desenvolveu como parte de uma estratégia do Estado sobre as classes trabalhadoras no enfrentamento dos problemas sociais. Deve, portanto, ser compreendida na ótica do processo de desenvolvimento capitalista que configura o Estado Brasileiro como guardião do capital e normalizador da ordem social.

Foi no processo de desenvolvimento do Estado capitalista que a questão social passou a ser reconhecida como legítima e surgiu a política social como uma estratégia do Estado para a administração das crises econômicas, políticas e sociais pelas quais estava

passando, colocando-se como protetor dos mais fracos, através da viabilização de benefícios e serviços.

Embora esses benefícios e serviços sejam garantidos por lei, eram tratados como favores à população, fazendo com que ela acreditasse na bondade do sistema e no fracasso individual. Cabe ressaltar que todos os programas sociais são pagos pelos próprios trabalhadores. Para as classes sociais as quais estes programas irão atender, “as políticas sociais se constituem num espaço que possibilita o acesso a benefícios e serviços que de outra forma lhes são negados.” (OLIVEIRA, 1989, p.26).

Nessa concepção, o Estado passa a financiar mais obras assistenciais, “controlando a sociedade e modificando a relação do público e do privado, caracterizada pela prestação de uma assistência tutelada que visava de um lado atender as necessidades, de outro manter um controle velado sobre a instituição familiar.” (COSTENARO; VOGEL, 1997, p.19).

Com base nessa política social estratégica é que o Estado, juntamente com a criação das legislações trabalhistas, financia os serviços assistenciais, assumindo a postura de “Estado Protetor”, mantendo o controle sobre a sociedade e garantindo sua legitimidade. Para isso, o Estado criou o Complexo Tutelar que era um órgão formado por um conjunto de instituições que regulavam e normatizavam as ações dos indivíduos, como: o Judiciário, o Educativo e o Assistencial, educando-os dentro da lógica vigente.

De acordo com Donzelot (1980), esse Complexo Tutelar tinha como função “intervir junto aos menos favorecidos, principalmente junto à infância”, sendo assim classificado: “infância em perigo: aquele que não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas, e infância perigosa: a da delinquência.” (DONZELOT, 1980, p.92).

Primeiramente, dever-se-ia procurar o recurso Educativo para prevenir a ação infracional e a delinquência, através de apoio da Psiquiatria, Sociologia e Psicanálise, visando uma redução do recurso judiciário. Para essas crianças era feito um trabalho de prevenção, de ação educativa, para impedi-las de cometer algum delito, “de se transformar numa criança de risco.” (DONZELOT, 1980, p.92).

A função do Assistencial era destinada a todas as famílias que necessitassem, ou seja, as famílias pobres. Procuravam a Assistência para obter dinheiro ou “internar uma criança que era um peso inútil.” (DONZELOT, 1980, p.102). As atividades desenvolvidas pelo Assistencial eram as medidas de internação, de colocação em estabelecimentos, tutela e outros.

O Judiciário era considerado o último recurso, e se recorria a ele somente quando o Educativo e o Assistencial não cumprissem seu papel. Conforme Donzelot (1980, p.102), o Judiciário era destinado às crianças que cometiam delitos, onde o Juiz geralmente aplicava uma pena de ação preventiva, chamada “assistência educativa em meio aberto, liberdade vigiada, período de experiência, colocação em centros de liberdade condicional.”

Para atender as famílias que procuravam o Juizado, foram criados cargos de Comissários de Vigilância, antecessores dos Assistentes Sociais, estes realizavam visitas domiciliares e emitiam pareceres sobre a situação das crianças e de suas famílias.

Através da criação da Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, os Comissários de Vigilância passaram a ter a seu lado os Assistentes Sociais, ou estagiários de Serviço Social, atuando inicialmente como voluntários.

O Serviço Social, no Poder Judiciário, surgiu num momento em que o país passava por tensões provenientes da inflação e da política de Vargas, em que houve um crescimento da miséria, acabando por trazer um aumento de situações de abandono e de infrações por parte dos “menores”, assim o profissional passou a atuar junto ao então Juizado de “Menores”, intervindo em situações sociais como perito, auxiliando o juiz na tomada de decisões com relação a “menores” e famílias.

Conforme Fávero (1999), o surgimento do Serviço Social no Judiciário Brasileiro se deu na Comarca de São Paulo, por ser esta a cidade em que foi criada a primeira Escola de Serviço Social no Brasil.

A atuação do assistente social no meio jurídico foi resultado de um trabalho gradativo que foi iniciado juntamente com o antigo Código de Menores Brasileiro, em 1969, no qual, de acordo com Pizzol (2001b, p. 21), “era necessária a participação do assistente social para dar informações ao juiz a respeito da situação social que o menor se encontrava.” O Serviço Social dentro do Juizado de “Menores”¹, com base no Código de “Menores”, tinha como função elaborar relatórios para a internação dos “menores” nas organizações filantrópicas ou da rede pública, já que os problemas de abandono e delinquência aumentavam consideravelmente devido às condições de pobreza.

É neste cenário que as ações dos profissionais do Serviço Social ganham corpo no Judiciário, “com mão-de-obra especializada para atuar/intervir em situações sociais como

¹ Menor ou menores: termo que se referia à criança e adolescente, empregado antes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

perito², referenciado pelo seu saber profissional, auxiliando dessa forma o juiz nas decisões legais com relação a menores e famílias.” (FÁVERO, 1999, p. 39).

Segundo Bento (1999, p.36):

Apesar da grande importância e influência dos pareceres realizados pelas assistentes sociais do judiciário da época, a “perícia” realizada pelos mesmos, somente comprometia-se em evidenciar os “desvios” e “desajustes” individuais, predominando, portanto, uma visão do imediato como real. Não havia uma análise mais profunda, nem o respeito de uma ação política e social mais ampla, isto é, as ações dos assistentes sociais nessa área respondiam apenas a situações emergenciais e estavam muito atreladas a questões de moralidade e comportamento.

Com o passar do tempo, a prática profissional do assistente social se amplia diante das mudanças que vinham ocorrendo no cenário da sociedade. Considerando também as grandes mobilizações sociais do século XX, que contribuíram para a garantia e ampliação dos direitos sociais, culminando em avanços e conquistas legais, como por exemplo: a Constituição de 1988 (expressando os direitos sociais conquistados), o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (em substituição ao Antigo Código de Menores, compreendendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos) e a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 (refletindo no espaço ocupacional do assistente social, redimensionando a assistência social alçada a condição de política pública).

Assim, a profissão foi ganhando espaço com o reconhecimento da sua atuação especializada, do seu conhecimento técnico, na forma de intervir com os conflitos e no trato com as questões mais complexas que emergem do judiciário, não restringindo a atuação somente à área de criança e adolescente (as chamadas Varas de Menores), mas também às Varas referentes à Família, Infância e Juventude e Execuções penais.

Segundo Pizzol e Silva (2001b, p. 21), “foram ultrapassando os limites postos como a essência da origem da função no judiciário, que o assistente social passa a comprometer-se com a articulação de recursos e programas que contribuem para a solução de questões sociais mais amplas.”

Atualmente os Assistentes Sociais do Judiciário atuam com ênfase nos Juizados da Infância e da Juventude e nas Varas de Família, com atuação mais restrita nas áreas criminal e cível.

A atuação dos profissionais de Serviço Social se materializa através de relatórios e laudos sociais, oferecendo aos Juizes de Direito o olhar técnico, fruto da leitura dos

² Conforme o dicionário, a palavra perito, do latim *peritu*, quer dizer: aquele que pelas suas aptidões ou conhecimentos especiais é nomeado judicialmente para proceder a um exame, vistoria ou avaliação.

fenômenos econômicos e sócio-culturais que entrelaçam as relações do sujeito na sociedade e na família.

Na atualidade, o Serviço Social partilha de um projeto profissional e, a partir deste, se afirma como profissão comprometida com a garantia do acesso e a efetivação dos direitos de cidadania.

Portanto, vislumbrando a possibilidade de proporcionar uma melhor compreensão da inserção e atuação do Serviço Social no Judiciário Catarinense, é que foi pensado e construído o item seguinte do trabalho em tela.

1.2 O Serviço Social no Judiciário de Santa Catarina

Nesta seção, abordam-se alguns dados históricos sobre o surgimento do Judiciário em Santa Catarina e, após, sobre a inserção do Serviço Social no Poder Judiciário Catarinense.

De acordo com dados obtidos no site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com a divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias, cada Governo trazia consigo seu Ouvidor, o qual exercia funções judiciárias e administrativas. Chamava-se Ouvidor porque tomava conhecimento dos pedidos e apelações. A posse do primeiro Ouvidor nomeado de Santa Catarina, o Bacharel Manoel José de Faria, ocorreu na Vila Desterro, sendo a principal Comarca, em 1750, e o Governador da Capitania era o Coronel Manoel Escudeiro de Souza.

Conforme Fernandes Neto (2000, p.87), a capitania foi transferida de Nossa Senhora do Desterro/SC para Porto Alegre/RS, capital da Capitania Geral, com a denominação de Capitania de São Pedro, onde a comarca recebeu a denominação de Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina.

De acordo com o mesmo autor, com o grande número de atribuições advindas das duas localidades, o Ouvidor da época expôs a necessidade urgente de se dividir a Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina, criando uma nova Ouvidoria, pois não era possível a um único magistrado encarregar-se de todas as atribuições.

Em 11 de maio de 1822, a Capitania foi restabelecida, às vésperas da Independência Política do Brasil, na qual tomou posse no cargo de Ouvidor o Dr. José Manoel de Albuquerque.

Criou-se o cargo de Juiz de Fora, uma vez que os primeiros juizes, chamados de Juizes Ordinários, não eram bacharéis em Leis, sendo eleitos pelos homens qualificados da comunidade e confirmados pelo Ouvidor; já os Juizes de Fora deveriam ser bacharéis em Leis e nomeados pelo rei em substituição ao Juiz Ordinário. Assim sendo, o primeiro a assumir este cargo de Juiz de Fora foi o Dr. Francisco Lourenço de Almeida.

É possível verificar-se, através do histórico do Tribunal de Justiça, que com a implantação da República, em 1889, e a instituição do Federalismo pela Carta Magna de 1891, desapareceu a organização da justiça única e introduziu-se o Sistema Dual – Justiça Federal e Justiça dos Estados. Cada Unidade da Federação passaria a reger-se pelas constituições e leis que adotasse, respeitados os princípios constitucionais da União. De acordo com essa diretriz, a Constituição Catarinense de 1891, capítulo 49, explicitou que os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – seriam independentes e harmônicos entre si, e instituiu o chamado Superior Tribunal de Justiça, como órgão de segunda instância, com as atribuições que a lei conferia aos Tribunais dessa categoria.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, inaugurado em 1º de outubro de 1891, na Casa da Câmara, tem sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o seu território. Atualmente é composto por 40 desembargadores, nomeados na forma estabelecida (SANTA CATARINA, 2003, p.36)³, ou seja, dentre os magistrados de carreira, advogados e membros do Ministério Público, estes últimos em respeito ao consagrado em lei (BRASIL, 2001, p.69)⁴ que assim determina:

Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Quanto à inserção do Serviço Social no Judiciário Catarinense, essa ocorreu devido ao Juiz de “Menores” da época, Dr. Vladimir D Ivanenko, que por volta de 1968, participou de um Congresso em São Paulo e descobriu que nessa comarca havia um profissional – Assistente Social – que auxiliava em muito os juizes nos processos que se relacionavam à situação dos chamados “menores”. Partindo de seu interesse, procurou conhecer o que esse profissional fazia, porque até então quem auxiliava o Judiciário eram os Comissários de

³ Artigo 82

⁴ Artigo 94

“Menores”, sendo que sua atribuição era caracterizada por ser muito investigativa e punitiva. Ao contrário, o juiz precisava de alguém mais técnico, com noções de psicologia e sociologia, que pudesse fazer uma abordagem diferenciada, mais apurada. Por isso, aquele Juiz achou fundamental a presença de um Assistente Social.

Para conseguir a atuação desse profissional, o Juiz Vladimir empreendeu esforços junto ao Tribunal de Justiça para a criação do cargo e, em 1972, foram criados dois cargos de Assistente Social, na Comarca da Capital, com a intenção de auxiliar o juiz na então chamada Vara de “menores”.

Esses dois cargos foram assumidos através de Concurso Público, por duas Assistentes Sociais: Maria da Graça Santos Dias e Naira Scóz Silvestre, que exerceram a profissão até 1976. Após esse período, ficaram afastadas, fazendo experiência de trabalho na antiga LBA – Legião Brasileira de Assistência. Durante o tempo de afastamento, os trabalhos ficaram novamente sob a responsabilidade dos Comissários. Somente em 1978 o cargo foi assumido, também através de Concurso Público, pela Assistente Social Ana Maria Mafra Dal Bó.

O Assistente Social do Poder Judiciário Catarinense tem suas atribuições definidas no Código de Divisão e Organização Judiciária⁵. Tais atribuições foram revistas no sentido de adequá-los à realidade atual, especialmente no que se refere à terminologia e demandas institucionais.

O Código de Divisão e Organização Judiciária dispõe sobre tais atribuições, relacionadas a seguir:

- 1- Desenvolver trabalho técnico de perícia social em processos mediante determinação judicial;
- 2- Atender a demanda social nas questões sócio-jurídicas, através de trabalhos de orientação, mediação, prevenção e encaminhamento;
- 3- Contribuir para o entrosamento do Judiciário com Instituições que desenvolvem programas na área social;
- 4- Cumprir, acompanhar e fiscalizar medidas sócio-educativas, quando na Comarca inexistirem programas específicos, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

⁵ Lei nº 5.624, de 09 de novembro de 1979, art.173.

5- Gerenciar e operacionalizar os programas de colocação familiar de crianças e adolescentes (habilitação de pretendentes, adoção, guarda e tutela);

6- Orientar e acompanhar família a quem tenha sido entregue judicialmente criança e/ou adolescente;

7- Gerenciar e executar programas de prestação de serviços à comunidade e participar do Conselho de Comunidade (previsto na Lei de Execuções Penais), onde houver assistente social específico na área criminal;

8- Gerenciar o setor de Serviço Social, elaborando e executando programas com a atualização do instrumental adequado ao contexto sócio-jurídico;

9- Atender determinações judiciais relativas à prática do Serviço Social, sempre em conformidade com a Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, e a Resolução nº 273/93, de 13/03/93, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Código de Ética).

Através do Código de Menores de 1979, a participação do Assistente Social teve destaque, pois, para a aplicação da referida lei, deveria ser levado em conta o estudo de cada caso, realizado por equipe da qual participasse pessoal técnico, sempre que possível. Em alguns artigos estava prevista a realização de estudo social ou, se necessário, perícia por equipe interprofissional.

Segundo Fávero (2003, p.20), com o Código de Menores de 1979, o Serviço Social

[...] passou a ser integrado em maior número no interior do Judiciário, na medida em que, para a aplicação dessa lei, seriam levados em conta dentre outros elementos, o contexto sócio-econômico e cultural em que se encontrava o menor e seus pais ou responsável [...]

Um marco nos avanços e conquistas legais da atuação profissional vem com a Lei nº 8.069, de 13/07/1990, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e reforça a atuação do Assistente Social no Judiciário Catarinense, cujo cargo foi criado especificamente para atender essa demanda. O ECA veio para substituir o Código de Menores, compreendendo-se crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Conforme Bento (1999, p.30), a inserção do Serviço Social na área da família deu-se em 1981, com lotação de um cargo na Vara da Família, também na Comarca da Capital, cujo profissional atuou na realização de estudos sociais em processos relacionados a conflitos familiares, tais como: guarda e responsabilidade, regulamentação de visita, pensão alimentícia, separação de corpos, entre outros, com o objetivo de esclarecer e auxiliar os juízes na sentença judicial, ou seja, mesmo que a responsabilidade do aspecto legal da situação em análise caiba ao setor jurídico. Sentiu-se, portanto, a necessidade de um trabalho

complementar, transferindo parte da responsabilidade para o Serviço Social, resultando daí uma integração entre o jurídico e o Serviço Social.

O processo de trabalho do Serviço Social, na Vara de Família, referente aos processos citados, aconteciam e ainda acontecem, através de entrevistas, visitas domiciliares às partes envolvidas, na busca de elementos que resultem em estudos e pareceres sociais sobre a situação e a medida mais adequada a ser tomada.

Além da realização dos estudos sociais referentes a processos, houve um aumento muito grande da demanda pelo Serviço Social no Judiciário, nas mais diversas questões, de modo que o profissional começou a realizar atendimentos ao público, fazendo triagens, orientações e esclarecimentos de questões legais, encaminhamentos para a Assistência Jurídica, recursos internos e recursos externos, que permanecem até os dias atuais.

Hoje, há 110 cargos providos de Assistente Social no quadro de servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, distribuídos na quase totalidade das comarcas⁶, sendo que 8 (oito) profissionais de Serviço Social atuam no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Atualmente, os Assistentes Sociais do Judiciário atuam com ênfase nos Juizados da Infância e da Juventude e nas Varas de Família, de forma mais restrita nas áreas criminal e cível.

Como pôde ser verificado historicamente, o Serviço Social conquista novos espaços dentro do Sistema Judiciário, procurando demonstrar sua formação, capacidade de trabalho e competência profissional, buscando sempre ampliar seu campo de ação.

Portanto, buscando possibilitar um melhor entendimento sobre a inserção e atuação do Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha, é que foi pensado e construído o item seguinte do trabalho em tela.

1.2.1 O Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha

⁶ A comarca, portanto, constituir-se-á de um ou mais municípios, recebendo denominação daquele que lhe servir de sede.

O Serviço Social exercendo suas atividades no sistema jurídico ou junto ao Poder Judiciário, prestando serviços de assistência jurídica, onde coloca a cidadania, a defesa, preservação e conquista dos direitos, bem como sua efetivação e viabilização social, como foco de seu trabalho, contribuindo para a garantia desse acesso à Justiça.

No âmbito dessa discussão, Chuairi (2001, p. 139) aponta que: “no campo jurídico o trabalho do Assistente Social se caracteriza por uma prática de operacionalização de direitos, de compreensão dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos no seu cotidiano e suas inter-relações com sistema de justiça.”

A prática profissional permite ainda, a reflexão e análise da realidade social dessa população, da efetividade das leis e de direitos na sociedade.

O Serviço Social, no Judiciário, se legitima como um trabalho especializado, atuando nas diversas manifestações e enfrentamento das expressões da questão social. Sua prática assume importância com a política de universalização e a crescente discussão dos direitos humanos e sociais da população.

“O Assistente Social atua a partir das necessidades sociais, traduzidas nas dimensões coletivas da “questão social” tais como se expressam na vida dos indivíduos singulares e suas famílias.” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Segundo Iamamoto (1999) a intervenção profissional deve ser entendida pela ótica da totalidade, o que significa apreendê-la dentro do processo histórico, profundamente condicionada pelas relações entre as classes na sociedade e direcionada tanto para as condições materiais, quanto para as condições sociais de vida da classe trabalhadora, isto é, as ações profissionais dos Assistentes Sociais têm um efeito no processo de reprodução da força de trabalho através da prestação de serviços sociais previstos em programas na área da saúde, educação, habitação, etc. Mas, também através de uma dimensão que não é material e que se caracteriza como social, as ações profissionais incidem no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura produzindo efeitos reais na vida dos sujeitos apesar de nem sempre os seus resultados se corporificarem como coisas materiais.

No âmbito judiciário, o Serviço Social no exercício de suas funções, requer conhecimento quanto às disciplinas das ciências humanas e sociais, assim como as legislações específicas, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Código de Ética Profissional, Lei dos Juizados Especiais, Lei da Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas, entre outros.

A respeito da ação profissional, Miotto (2001, p. 4) estabelece que deve ser definida como “um conjunto de procedimentos, atos atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/profissionais de forma responsável, consciente.” Assim, a ação profissional contém tanto uma dimensão operativa, quanto uma dimensão ética e expressa, no momento em que é realizada, o processo de apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico.

Em segundo lugar, Miotto (2003 apud LIMA 2004) propõe que as ações profissionais podem ser estruturadas em torno de três eixos de intervenção que estão dialeticamente articulados e ancorados na dimensão investigativa. São os processos interventivos que garantem subsídios e legitimidade à formulação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais que venham a responder às demandas dos usuários e alimentar um processo de construção coletiva de reivindicação, afirmação e efetivação de Direitos Sociais. Portanto, as ações profissionais incidem sobre um determinado objeto, têm objetivos específicos, realizam-se através de diferentes abordagens utilizando-se de diferentes instrumentos técnico-operativos. Assim, os três eixos norteadores são:

- Processos Político-Organizativos: têm como objeto principal a participação social sob a lógica da pluralidade e da cidadania, voltada para o fortalecimento da sociedade civil;
- Processos de Planejamento e Gestão: desenvolvimento de assessoria e consultoria nas instituições públicas e privadas voltadas a proposição e avaliação de programas e projetos sociais; e de ações voltadas para gestão de recursos humanos, gestão da informação, organização e gerenciamento de Programas, Projetos e Serviços;
- Processos Sócio-Assistenciais: intervenção direta com os usuários, especialmente com famílias e segmentos sociais vulneráveis. As ações acontecem no contexto institucional e o processo interventivo se realiza a partir de demandas singulares. Seu objetivo é contribuir para que, junto com os usuários, se consiga responder as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos. Integram esse processo quatro categorias de ações: perícias, sócio-emergenciais, sócio-terapêuticas e sócio-educativas.
 - Periciais: ações que têm por objetivo elaborar parecer social que subsidiará a decisão de outrem (juízes, por ex.);

- Sócio-emergenciais: ações desenvolvidas para atender as demandas que se revestem por um caráter de emergência, relacionadas às necessidades básicas e de urgência das famílias;
- Sócio-terapêuticas: ações desenvolvidas diante de situações de sofrimento individual e/ou grupal. Ações sintomáticas que se manifestam através dos membros das famílias (dependência química, alcoolismo, doenças mentais e físicas) e das relações destrutivas que esses membros estabelecem entre si ou com a sociedade;
- Sócio-educativas: movimento de reflexão entre profissionais e usuários que, através da informação e do diálogo, busca por alternativas e resolutividade para a demanda do usuário.

Para a autora esses eixos permitem a leitura das ações profissionais sobre diferentes ângulos, permitindo referenciá-las nos diferentes espaços ocupacionais as quais são realizadas pelos Assistentes Sociais, ou seja, as ações profissionais passam a ser entendidas independentemente dos espaços e das áreas onde são realizadas.

Essas categorias de ações ocorrem na intervenção do profissional de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, da seguinte forma:

Na observação e participação nos Plantões Sociais, enfocam-se as categorias sócio-educativas, porém voltadas mais para as necessidades jurídicas; visando o acesso aos serviços e benefícios sociais, esclarecendo e informando os usuários a respeito de seus direitos e deveres, enfim, participando da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania. Ocorre também o desenvolvimento de ações sócio-emergenciais, que visam suprir as necessidades urgentes das pessoas que são atendidas nos plantões sociais, quando são realizados os encaminhamentos devidos.

Relacionado ao Processo Sócio-Assistencial, o Assistente Social atende a Vara de Família, tendo possibilidade de fazer uma intervenção direta junto aos usuários, especialmente junto às famílias e segmentos sociais vulneráveis, através da Perícia e Estudo Social, com o objetivo de atender as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos. Quanto às ações Sócio-educativas, essas são feitas por meio de atendimentos e encaminhamentos de prestadores de serviços à comunidade às Instituições conveniadas, visando a ressocialização dessas.

Já em relação ao Processo de Planejamento e Gestão, a intervenção do Assistente Social consiste em desenvolver, avaliar e fiscalizar os programas e projetos que atendam as demandas sociais e jurídicas, como o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e o recente Projeto “Justiça no Bairro”⁷. O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade será melhor explicitado no próximo capítulo.

Conforme o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. É função essencial da Justiça, garantir a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Foi pensando na defesa dos direitos sociais que o Fórum⁸ do Norte da Ilha foi criado e teve sua inauguração em 30 de julho de 1993 em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, tendo suas instalações e serviços iniciados dentro da própria universidade.

Atualmente tem sede própria e é o terceiro da comarca da Capital, mantido, financeiramente e administrativamente pelo Tribunal de Justiça, cujo orçamento é repassado pelo Governo Estadual.

O Fórum do Norte da Ilha⁹ possui uma única Vara¹⁰, que abrange o Cartório Cível e de Família e os Juizados Especiais, Cível e Criminal. Por se tratar de Vara Única, as causas levadas a Juízo são submetidas à apreciação de um único juiz, não importando a natureza do processo, seja criminal, cível ou de família. As ações de família e cíveis são aforadas pelos estudantes do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina através do Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ).

O Foro que atende a população residente nas comunidades localizadas na região do norte da Ilha, capital do Estado de Santa Catarina, foi criado através da Lei complementar nº 181, de 21 de setembro de 1999. (DAL-BÓ, GUAREZI, MENDES, 2004).

⁷ Projeto desenvolvido pela Assistente Social: Daniela Lavratti Infeld do Fórum do Norte da Ilha/Florianópolis. Este projeto objetiva tratar de questões relacionadas à família, como: guarda, tutela, separação de casais, pensão alimentícia, entre outras. Os atendimentos acontecem nos bairros, ou seja, diretamente com a comunidade.

⁸ Fórum é o edifício ou conjunto de edifícios onde se concentram todos, ou quase todos os serviços judiciários.

⁹ Hoje tem sede própria localizada na Avenida Desembargador Vitor Lima, nº 183, bairro Serrinha, integrado à Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁰ Temporariamente encontra-se instalada no Fórum a Vara de Sucessões e de Registros Públicos por questões de espaço físico não disponível no Fórum da Capital.

De acordo com o Conselho de Magistratura, resolução nº 08/2000, o Foro¹¹ do Norte da Ilha possui competência para distribuir, processar e julgar as causas de família, cíveis e criminais de menor complexidade, bem como as Varas de Sucessões e Registros Públicos.

Quanto à competência territorial, o Conselho de Magistratura assim a define através da resolução nº 08/2000, no seu art. 2º:

Art. 2º: A competência territorial do Juizado Especial do Foro do Norte da Ilha compreende o Distrito da Ilha da Trindade, da Lagoa, da Barra da Lagoa e todos os demais localizados na parte Norte da Ilha; a do Juizado Especial Cível do Continente, o subdistrito do Estreito e a do Fórum Central a sede do Município de Florianópolis e os demais distritos da Capital não incluídos na competência dos dois outros Juizados.

Uma das principais atribuições do Serviço Social na instituição judiciária é dar cumprimento às determinações judiciais para a realização de perícia social, ou estudo social nos processos, cujo laudo ou parecer técnico objetiva colaborar nas decisões do julgador da causa.

Conforme Alcebir Dal Pizzol (2003, p.61):

A perícia judicial é atividade, é trabalho técnico desenvolvido em processo judicial dentro das normas aplicáveis. A perícia judicial, portanto, resulta tanto de uma atividade técnica como de uma atividade processual. As regras que norteiam o estudo social são de cunho meramente técnico e ético, ao passo que ao realizar uma perícia social no âmbito da justiça, deve o profissional, além de observar estes aspectos, ater-se às regras processuais constantes no Código de Processo Civil e que se aplicam a qualquer tipo de perícia judicial.

Por isso a inserção do Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha aconteceu em fevereiro de 2003, inicialmente com a finalidade de assessorar os juízes de Direito nas questões familiares presentes em processos judiciais. Depois de três anos de instalação do setor de Serviço Social no referido Fórum, conta hoje com a atuação de duas profissionais.

As ações profissionais desenvolvidas pelo Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha guiam-se além das legislações específicas de cada área de atuação; atribuições dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário Catarinense, através da Lei 8.662/93 traz como competência do Assistente Social, art. 4º, inciso XI, “realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras instituições.” Ao tratar das atribuições privativas do Assistente Social, coloca em seu inciso IV “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.”

¹¹ Foro é o território dentro de cujos limites o juiz exerce a sua jurisdicional.

Estando sua atuação em consonância com a referida Lei, uma das atribuições desempenhadas pelo Assistente Social é realizar estudos sociais sobre situações conflituosas no âmbito de litígios legais, atendendo às determinações judiciais e contribuindo para a informação dos processos.

Através do Estudo Social o profissional de Serviço Social manifesta sua atitude investigativa e o seu trabalho frente à situação deu uma realidade específica, onde o parecer técnico realizado tem por objetivo colaborar nas decisões da autoridade judiciária e, ao mesmo tempo, intervêm diretamente com os sujeitos que integram o processo judicial, analisando e entendendo as relações que estes mantêm entre si e com o meio social onde estão inseridos, considerando importante a compreensão dessas relações pelos sujeitos envolvidos e a sociedade.

A respeito do Estudo Social, Mioto (2001, p.158) afirma:

O estudo social no âmbito do Serviço Social é um instrumento largamente utilizado nas mais diferentes áreas e modalidades de intervenção, cuja finalidade é a orientação do processo de trabalho do próprio Assistente Social [...] é o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupos de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar.

Conforme Pizzol (2003), os instrumentos utilizados pelo Assistente Social na realização do estudo social, sendo eles teórico-metodológico e técnico-operativos, são fundamentais para levantar dados que contribuam para a intervenção profissional, bem como para o conhecimento da realidade sócio-econômica dos sujeitos envolvidos na situação, com a qual se trabalha. Possibilitam observar o ambiente familiar, o cotidiano, os relacionamentos e a rede social em que os sujeitos estão inseridos.

Um dos instrumentais mais utilizados para a realização do estudo social é a entrevista/visita domiciliar, que conforme afirmam Minuchim; Colapinto; Minuchim, (1999, p.83)

As visitas domiciliares requerem sensibilidade aos anseios e reações da família. É importante que a família compreenda que a equipe realmente quer conhecê-la melhor, e compreender a natureza e o ambiente da vida cotidiana. As famílias sentem-se freqüentemente importantes por se reunirem em sua própria casa, mas são sensíveis à intrusão e à crítica ao seu estilo de vida. Nem é preciso dizer que o profissional deve entrar com respeito e que o propósito da visita deve ser o contato e a comunicação.

De acordo com Ávila (2001), a sociedade contemporânea vem passando por profundas modificações sócio-econômicas, culturais e familiares, exigindo métodos alternativos, ágeis e menos burocráticos para a resolução dos conflitos.

A mediação familiar também faz parte da prática profissional do Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha, e pode ocorrer em processos judiciais ou nas demandas que chegam aos plantões sociais. Tem por objetivo a resolução de conflitos familiares, buscando

alternativas de solução para os desentendimentos. Através da orientação de um profissional qualificado, as pessoas têm o poder de decisão e resolução de seus conflitos.

Conforme Ávila (2001, p.138),

A mediação familiar é um processo de resolução de conflitos, no qual os cônjuges voluntariamente solicitam a intervenção confidencial de uma terceira pessoa, imparcial e qualificada, para auxiliá-los a encontrarem soluções mutuamente aceitáveis. Tem por meta estabelecer um acordo durável, levando em consideração as necessidades de todos os membros da família, especialmente dos filhos.

O Assistente Social, no seu cotidiano, também atua no plantão social, onde presta atendimento sócio-jurídico à população que vêm em busca de respostas aos seus conflitos, sendo esses os mais variados, segundo a diversidade da demanda, cada qual com suas especificidades, caracterizam esse trabalho por sua qualidade interventiva. No plantão social são atendidas pessoas, no setor Serviço Social, que apresentem algum tipo de dificuldade, sejam essas as mais variadas; pessoal, familiar, social ou para denunciar situações que exijam providências urgentes no âmbito da justiça.

O Assistente Social, no atendimento do plantão social, deve antes de tudo, escutar, estar desprovido de pré-conceitos, e considerar as necessidades dos usuários (materiais, emocionais, jurídicas, entre outras); organizar os encaminhamentos que cada caso requer, interagindo com a rede de apoio. O profissional colabora na difusão dos direitos, possibilita a ampliação do espaço de lutas por essas garantias, compromete-se e viabiliza condições para o exercício de cidadania e difunde o sentido de direito e do dever àqueles que buscam respostas às suas dificuldades.

Conforme Fuziwara (2001, p.3),

[...] o plantão é um momento privilegiado em que diversas situações emergem, sendo que muitas pessoas comparecem trazendo questões não relativas ao Judiciário, por falta de informação ou mesmo por não haver equipamento social que atenda sua queixa.

De acordo com Silva (2001), é importante que no momento do atendimento as pessoas se sintam compreendidas e seguras em compartilhar suas dúvidas e questionamentos com o profissional, que por sua vez, deve demonstrar disposição em ajudá-las a encontrar a melhor solução e encaminhamento para suas dificuldades.

A intervenção profissional no momento do plantão social requer o conhecimento da realidade social, das políticas sociais, dos recursos institucionais, dos serviços comunitários, bem como seu funcionamento, ou seja, das redes de apoio. Tudo isto é fundamental para que o atendimento se torne integral. (SILVA, 2001).

O atendimento prestado no plantão social, conforme Lima (2004), não deve e nem pode se esgotar no repasse de informações acerca dos serviços e direitos, devendo transcender

para um amplo processo de reflexão com os sujeitos, permitindo que estes se percebam co-participes do processo de materialização dos direitos.

Assim, a intervenção do Assistente Social realizada no plantão social assume muita importância, ao contribuir para a garantia dos direitos e exercício da cidadania, possibilitando às pessoas, que procuravam este serviço, o acesso à justiça de maneira efetiva.

Na área criminal, o Assistente Social no Fórum do Norte da Ilha, atende uma demanda específica, cuja pena aplicada é a Prestação de Serviços à Comunidade, sendo que é uma modalidade de pena alternativa, dita restritiva de direito, conforme Código Penal Brasileiro; onde ocorre o encaminhamento, acompanhamento e fiscalização da Medida Alternativa, visando contribuir com o apenado, com a sociedade e com a própria justiça. O assistente social, como menciona Guindani (2001, p.43):

[...] por meio de suas múltiplas intervenções, pode conquistar um espaço fundamental, ao desenvolver o fortalecimento das relações entre sujeitos estigmatizados e despertar a comunidade para a necessidade de mudar o rumo das proporções assumidas pela violência/criminalidade. Com isso, promover o processo de inclusão social dos apenados, bem como a desmistificação da identidade socialmente construída.

A inserção do Serviço Social na área criminal acontece no momento da implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha, tendo como principal finalidade a operacionalização de tal Medida.

Na atualidade, o Serviço Social partilha de um projeto profissional e, a partir deste, se afirma como profissão comprometida com a garantia do acesso e a efetivação dos direitos de cidadania. Por assim agir, a noção de acesso à justiça ganha espaço nesse contexto, pois se torna inerente à discussão do Serviço Social no âmbito do Judiciário. Assim sendo, destacamos, no próximo item, algumas reflexões sobre o tema.

1.2.2 A importância do acesso à justiça

As profundas modificações que vêm acontecendo no mundo contemporâneo, nos seus mais variados aspectos, somadas às contradições decorrentes do modo de vida em sociedade, fazem com que, a todo tempo, no cotidiano, seja retomada a questão da justiça.

Essa realidade apresentada na atualidade leva os sujeitos, que na sua grande maioria desconhece seus direitos e a influência desses na sua vida cotidiana, a uma maior procura

pelas instituições de justiça a fim de solucionar conflitos por eles vivenciados. Porém, cumpre-nos reconhecer que a instituição judiciária ainda se apresenta inacessível para a grande maioria da população.

Com o aumento das demandas sociais, tem-se observado, ao longo da história, que conceitos como cidadania e justiça, dentre outros, vêm sendo discutidos e ampliados, por meio da criação de leis constituídas por princípios promotores à defesa e preservação dos direitos da população. Entretanto, conforme aponta Chuairi (2001, p.127), “na sociedade brasileira ainda se luta para afirmar e garantir direitos, civis, trabalhistas, políticos e sociais [...] muitas vezes, os direitos reconhecidos através das leis não têm aplicação concreta na vida cotidiana das pessoas.”

O conceito de cidadania, mais adequado ao presente trabalho, é assim definido por Santos (apud MARTINELLI, 2001, p.12): “a cidadania deve ser compreendida como sendo mais do que um conjunto de direitos, cidadania é também a sensação de pertencer a uma Comunidade, de participar de valores comuns, de experiências comuns.”

A cidadania, portanto, é uma construção, a capacidade do indivíduo de participar, de reivindicar a garantia, efetivação e ampliação de seus direitos e é sobretudo sentir-se sujeito de direito.

Assim, ao reportar-se ao direito de acesso à justiça, percebe-se que, apesar dos direitos serem garantidos e reconhecidos constitucionalmente, tais garantias ainda encontram dificuldades na sua efetivação e, portanto, ainda não são tão amplos. Chuairi assim define essas garantias: “O direito do acesso à justiça assume relevância em nossa sociedade à medida que aparece como ponto de interligação entre a garantia do exercício da cidadania [...]” (CHUAIRI, 2001, p. 125).

O termo “acesso” significa ingresso. A “justiça”, por sua vez, deve ser entendida num sentido mais amplo, podendo ser ampliado também como um conjunto de valores. Portanto, o “acesso à justiça” não pode ser reduzido apenas a acesso ao Poder Judiciário, como define Rodrigues: “O acesso à justiça não se esgota no acesso ao judiciário e no próprio universo do direito estatal.” (RODRIGUES, 1994, p. 28).

Grinover (1994, p. 31) ainda aponta que “a idéia do acesso à justiça não mais se limita ao mero acesso aos tribunais, mas tem que ser compreendido em sua concepção mais ampla.”

Como se pode constatar vários são os obstáculos apontados para a efetivação do direito do acesso à justiça. Assim, frente ao princípio constitucional de igualdade, confrontado com os indicadores sociais apontados pela realidade brasileira, não há dúvidas acerca dos

obstáculos de ordem econômica e social que impedem o acesso à justiça para as classes populares: a pobreza, a distância física, o preconceito e a inexistência de organismos voltados à realização do justo, entre outros motivos, são as causas desse afastamento.

A desinformação, por parte da população a respeito da justiça e de suas instituições, configura-se como um outro obstáculo, mesmo sendo um direito garantido constitucionalmente. Portanto, torna-se necessário informar, de maneira democrática, aos destinatários, quanto aos serviços prestados pela justiça, bem como quanto aos serviços públicos em geral, pois, como sustenta Rodrigues (1994, p. 81), “o direito à informação é um dos princípios básicos para o efetivo acesso à justiça.”

O Serviço Social, exercendo suas atividades no sistema jurídico ou junto ao Poder Judiciário, contribui para a garantia do acesso à justiça “à medida que coloca a defesa, a preservação, conquista e ampliação dos direitos de cidadania, bem como sua efetivação e viabilização social, como foco de seu trabalho.” (CHUAIRI, 2001, p. 137).

No âmbito dessa discussão, Chuairi (2001, p. 139) assinala que, no campo jurídico

o trabalho do assistente social se caracteriza por uma prática de operacionalização de direitos, de compreensão dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos no seu cotidiano e suas inter-relações com o sistema de justiça. Além disso, permite, ainda, a reflexão e análise da realidade social dessa população, da efetividade das leis e de direitos socialmente reconhecidos [...].

Por essa razão, as pessoas que vêm em busca desse serviço, geralmente trazem consigo dificuldades, angústias e ansiedades, solicitando ao profissional soluções rápidas para os problemas enfrentados. Logo, “o trabalho do assistente social auxilia os sujeitos a analisar e redimensionar suas situações de litígio, esclarecendo seus direitos e deveres, buscando alternativas de ação para resolução de seus conflitos.” (CHUAIRI, 2001, p. 139).

Nessa perspectiva de atuação, o Assistente Social precisa ter a preocupação de se comprometer com o atendimento, possibilitando a garantia de seus direitos e, além disso, oferecer respeito humano, consideração, atenção e muita escuta a esses sujeitos.

Chuairi (2001) sustenta que a ação profissional do Assistente Social requer não só responsabilidade técnica e teórica, mas também envolve compromisso com a população atendida pelos seus serviços, devendo haver, como proposta básica de sua intervenção, o atendimento às necessidades dos usuários, sejam elas de ordem econômica, social, psicossocial ou política.

O profissional de Serviço Social também deve estar atento ao contexto histórico e sóciopolítico, considerado como definidor para a intervenção profissional do Assistente Social inserido no interior da organização judiciária. Sendo assim, conhecer e reconhecer os limites e possibilidades desse espaço ocupacional é fundamental para o Assistente Social, no sentido de

assegurar sua legitimidade profissional ao enfrentar o desafio de responder às particularidades das demandas impostas à profissão.

E é desta forma que o reeducando, usuário do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, do Fórum do Norte da Ilha, em Florianópolis, deverá ser atendido e acompanhado pelo profissional de Serviço Social do referido Fórum, ou seja, como cidadão de direitos e deveres.

Na seqüência, será apresentada a pena privativa de liberdade, através das críticas apontadas por alguns autores, especialistas no tema, para, então, entendermos em que contexto surgem as penas alternativas, consideradas por muitos autores como uma nova visão para o sentido da pena.

2 DAS PENAS ALTERNATIVAS

No segundo capítulo, serão descritas as penas alternativas, sendo que se dará início a esse assunto com a pena privativa de liberdade, destacando-se a diferença entre pena privativa de liberdade e pena alternativa. Após essas considerações, será destacada a pena alternativa de prestação de serviços à comunidade e o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha, tema esse tido como de grande importância para alcance dos objetivos propostos para o presente trabalho.

2.1 A Pena Privativa de Liberdade

O sistema prisional é bastante antigo, sendo que nos séculos XVII e XVIII é que surge grande número de estabelecimentos de detenção para os reeducandos, com os mais distintos nomes, não obedecendo a nenhum princípio penitenciário, excluídas todas as normas de higiene, pedagogia e moral.

No período que compreende a Idade Média e o final do século XVIII, o crime era considerado uma afronta ao poder do soberano e como tal demandava uma punição que comportasse a vingança do mesmo, aplicando-se os castigos em praça pública, cujo objetivo era deixar uma marca indelével do castigo aplicado. Sua função social seria o triunfo da força do poder do soberano, devidamente testemunhado por todos. (FOUCAULT, 1989).

Ainda, segundo Foucault, as primeiras formas de prisão ou repressão penal eram exercidas contra o corpo. A prisão, como pena, surgiu num período no qual a justiça deixava de assumir publicamente a violência física que fazia parte do seu exercício. Nesse sentido, o homem era visto e tratado como objeto. Tinha-se em mente apenas o crime, que deveria ser pago de alguma forma, sendo este o castigo estudado e apresentado pelo Estado.

Conforme Foucault (1989), a prisão se constituía em um aparelho disciplinar em sua mais ampla concepção: devia tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre uma certa especialização, é ‘onidisciplinar’. Além disso, a prisão é sem

exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo.

Após 1830, passou-se a tolerar condutas até então consideradas intoleráveis. O direito que surgia, construía o “criminoso” por meio das suas práticas discursivas, para que houvesse a devida punição.

Somente no século XIX é que se começou a pensar em tirar da pena o caráter somente punitivo, para lhe conferir também o caráter terapêutico ou educativo. No entanto, a prisão permaneceu sendo vista como castigo.

Segundo Foucault (1989, p.20):

[...] a pena tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, castigos como trabalho forçado ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos, referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorras.

Contudo, a pena privativa de liberdade não era apenas por um tempo determinado, fixado e sentenciado pelo juiz. Na verdade, era um passaporte para a insegurança, um abandono, de extensão e conseqüências desastrosas: cessação de direitos políticos; cerceamento de ir e vir, de exercer atividades econômicas, intelectuais, artísticas, de manter convívio familiar, privar-se de amigos, entre outras. Essa prática não parecia redimir o infrator. Ao contrário, conforme Foucault (1989, p.132):

Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade [...] A prisão fabrica delinqüentes, mas os delinqüentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinqüentes servem para alguma coisa.

Nesse sentido, a sociedade prisional de hoje ainda propicia um ambiente fechado muito particular, com regime específico, resultante inicialmente da imposição decretada pela ordem judicial, onde certos indivíduos, de forma coercitiva, se vêem envolvidos.

De acordo com Oliveira (1996), a pena sempre existiu, porém de tempos em tempos sofreu modificações em sua aplicação, as quais refletem as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade.

Hoje, verifica-se uma grave crise da pena privativa de liberdade, transparente através do caos do sistema penitenciário, sendo que vários fatores colaboraram para isso, dentre eles, os sérios problemas de gestão do sistema penitenciário que se encontra superlotado e impede a eficaz execução da pena, no sentido de não promover a ressocialização e a reinserção social do reeducando. Essa circunstância, associada aos problemas estruturais, tais como a falta de emprego, educação, moradia e saúde, são elementos de peso para o cometimento de delitos.

As distorções sociais, inerentes ao sistema capitalista, que estimula e propaga a má distribuição de renda e a desigualdade social, somadas ao advento da globalização, provocou, nas últimas décadas, uma explosão tecnológica e uma filosofia de produção de capital em detrimento do ser humano, contribuindo significativamente para o crescimento da criminalidade, acentuando ainda mais o fracasso da prisão.

Percebe-se que há interesse, por parte das elites dominantes, em manter parcela significativa da população excluída do processo produtivo, ou seja, sem direito a cidadania, pois essas mesmas elites levam vantagem com isso.

Os lucros, trazidos com a criminalidade não ficam com os sujeitos que se envolvem diretamente com a manifestação do crime, que, muitas vezes, simplesmente dependem dele para manter a família. Os vícios servem muitas vezes para o infrator conseguir inserir-se na sociedade de consumo, já que não o conseguem com um trabalho formal. Um exemplo de delito que envolve as camadas baixas e altas da sociedade é o tráfico de drogas, que, segundo Araújo (1998 apud OLIVEIRA, 2003), gera uma economia subterrânea que acaba resultando em acúmulo de renda para uns e sobrevivência para outros. Para estes últimos, fica reservado o aprisionamento, sendo que, no mundo do crime, são logo substituídos por outros indivíduos, com as mesmas necessidades ou anseios, para fazer o serviço considerado perigoso e passível de punição.

Observamos que, no contexto atual, o sistema capitalista transforma o pobre em infrator, como ressalta Sussekind (1987, p.53):

[...] apenas os pobres são encontrados nas prisões. Seu aspecto é inconfundível: é em tudo semelhante ao das pessoas que transitam pelo país, ocupadas nas piores tarefas do mundo do trabalho, mendigando ou buscando oportunidade de emprego. Um perfil, que seja do ponto de vista físico ou comportamental, corresponde à grande maioria da população brasileira.

Thompson (1980) aponta três objetivos da prisão: prevenir novas infrações pela intimidação; regenerar o indivíduo, transformando-o em não-criminoso; retribuir ao preso o mal cometido. No entanto, pode-se verificar que somente o último objetivo tem se cumprido, pois a prevenção e a regeneração não são uma realidade, visto o alto número de reclusos reincidentes.

A necessária ressocialização fica reduzida a um discurso político para manter o sistema e tira do convívio social o indivíduo com comportamento desviante, transformando-o em irrecuperável, levando-se em conta a alta reincidência dos que um dia já passaram pelo sistema prisional.

A estigmatização que sofre o preso é outro ponto que deve ser considerado quando se fala em sistema prisional. Siqueira (2001, p.63) ressalta que passar pelo aprisionamento

representa um estigma para o indivíduo que cumpre a pena privativa de liberdade, visto que “os efeitos da coerção exercida na vida do cidadão não param quando ele deixa a prisão [...], pois a sociedade se encarrega de lembrar, das mais variadas formas, que já esteve lá, e que, a qualquer momento pode retornar.”

Muitas são as críticas direcionadas à pena privativa de liberdade, retratando a situação do sistema prisional brasileiro, que, por sua vez, apresenta graves problemas, sobrevivendo precariamente.

É preciso, portanto, modificar a legislação, de forma a permitir que todos os infratores, que cometam crimes de menor gravidade, possam responder suas infrações de maneira mais humana e educativa, possibilitando o resgate de valores e papéis sociais, pois se constata que a pena privativa de liberdade não atinge seu objetivo de ressocialização; os custos do sistema prisional são muito altos, além de causar a estigmatização e problemas irreversíveis aos encarcerados.

No próximo item, portanto, faz-se necessário contextualizar o surgimento das penas alternativas como possibilidade de aplicabilidade legal para o Poder Judiciário.

2.2 As Penas Alternativas

Em virtude de se buscar substitutivos penais para a pena privativa de liberdade, iniciou-se um movimento no meio jurídico para isso. De acordo com Bitencourt (1993, p. 298), “as inquietações não se limitaram às penas curtas de prisão, foram o início da busca de modernas formas alternativas de sanções penais.”

Disseminou-se a proposta de substituição da pena privativa de liberdade, na tentativa de se encontrar alternativas que permitissem, pelo menos, evitar o encarceramento de infratores, a não ser nos casos indispensáveis à sua utilização, tendo em vista as infrações de maior potencial ofensivo.

Segundo Batochio (1996, p. 448),

o eixo desse novo sistema se apóia na reserva da pena privativa de liberdade nos casos de inexorável necessidade, tendo em conta o grau de inadaptação social do infrator, a extrema gravidade do delito e outras circunstâncias que demonstrem a inevitabilidade dessa inflição.

Ainda, de acordo com Bitencourt (1993), uma das primeiras penas alternativas surge na Rússia, em 1926, com a Prestação de Serviço à Comunidade, prevista na legislação

soviética. Seguindo o pioneirismo russo, as penas alternativas encontram, atualmente, abrigo em legislações de vários outros países. O trabalho comunitário, adotado na Inglaterra, desde 1972 é tido como o exemplo mais bem sucedido. Nesse sistema, o condenado dedica parte do seu tempo de descanso a um trabalho não remunerado em favor de uma causa de interesse comum.

Em dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o propósito de reconhecer a dignidade inerente a todos os membros da humanidade, que é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Desde 1955, a Organização das Nações Unidas, por ocasião do 1º Congresso¹² (COLMÁN, 2006), já demonstrava sua preocupação com a tendência de humanização do sistema prisional, através da aprovação de Regras Mínimas para o tratamento de presos.

Conforme Colmán (2006), após discussões realizadas no referido evento, o 8º Congresso Geral da ONU passou a recomendar oficialmente a adoção de formas de penas não restritivas de liberdade. Porém, foi somente em 14 de dezembro de 1990 que a Assembléia Geral da ONU aprovou a Resolução 45/110, estabelecendo as Regras Mínimas das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade, também conhecidas por Regras de Tóquio, cidade que acolheu o evento.

As penas restritivas de direito ou penas alternativas à prisão surgiram no direito brasileiro com a reforma do Código Penal, ocorrida em 1984, por meio da Lei nº 7.209 e, posteriormente, através de outra reforma através da Lei 9.714/98.

Lima (2001, p.100) aponta como mudanças formuladas pela Lei 9.714/98:

[...] as penas alternativas, em relação à sua natureza jurídica, deixaram de ser acessório à prisão para serem autônomas e substitutivas, ou seja, não são mais fixadas na sentença condenatória em conjunto com as penas privativas de liberdade e, entendendo que o condenado preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, a substitui por pena alternativa.

As penas restritivas de direito são autônomas e substituem as privativas de liberdade em circunstâncias especiais, previstas nos incisos I a III do Art. 44 do Código Penal.

As penas alternativas surgiram do reconhecimento de que a pena privativa de liberdade fracassou em seus objetivos, suscitando, portanto, a necessidade de uma reformulação do sistema criminal.

¹² Este Congresso foi realizado em Gênova, na Itália, e teve como tema central a prevenção do crime o tratamento de presos.

Com a reforma do Código Penal Brasileiro, em 1984, além da pena privativa de liberdade, as penas restritivas de direitos e a pena de multa passaram a fazer parte das legislações.

Conforme o art. 32 do referido Código Penal, as penas podem ser assim classificadas:

- I - privativas de liberdade;
- II - restritivas de direitos;
- III - penas de multa. (BRASIL, 2002).

Ainda, nesse sentido, outro instituto legal importante é a Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Criminais¹³, possibilitando a utilização de instrumentos como a transação penal¹⁴ e a suspensão condicional de processos¹⁵ para os casos de infrações com menor potencial ofensivo. Nessa Lei, também estão previstos mecanismos penais de substituição como a Prestação de Serviço à Comunidade.

As modalidades de penas dispostas no ordenamento jurídico de 1984 ainda permanecem. Porém, em 25 de novembro de 1998, surgiu a Lei Federal nº. 9.714, alterando os dispositivos do Código Penal Brasileiro. A referida Lei ampliou consideravelmente as penas alternativas, em especial, as chamadas restritivas de direitos e modificou os requisitos de substituição de tais penas.

Atualmente, com a nova lei de 1998, a Parte Geral do Código Penal Brasileiro, apresenta as penas alternativas, que são as seguintes:

- Prestação pecuniária (art. 43, I) – consiste no pagamento à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social de

¹³ Os Juizados Especiais Criminais, assim como os Juizados Especiais Cíveis, foram criados para atender de forma rápida e simples, problemas cujas soluções podem ser buscadas por qualquer cidadão. Os Juizados Especiais Criminais são órgãos do Poder Judiciário que julgam todas as contravenções penais e crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, de baixa gravidade, segundo o entendimento do legislador. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIAS).

¹⁴ A **transação penal** prevista no art. 76 da Lei 9.099/95 é cabível para todas as infrações de menor potencial ofensivo. O Ministério Público na presença do autor do fato e vítima e, se possível responsável civil, acompanhados por seus advogados, poderá propor a imediata pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta. (BRASIL, 2002).

¹⁵ De acordo com o art. 89 da Lei 9.099/95, “nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime.

importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) nem superior a 360 salários mínimos.

Conforme Bitencourt (1993), a finalidade desta sanção é a reparação do dano causado pela infração penal.

- Perda de bens e valores pertencentes ao condenado em favor do Fundo Penitenciário Nacional (art. 43, II). Deve ser considerado para a estipulação do montante o prejuízo causado pela infração penal ou o proveito obtido por ele ou terceiro.
- Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, e art. 46) – consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado (art. 46, § 1º) em entidades assistenciais, escolas, hospitais ou em outra instituição com essas finalidades.

A interdição temporária de direitos deve ser aplicada pelo julgador conforme a natureza do crime cometido, compreendendo o artigo 47 do Código Penal as seguintes modalidades:

- Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (art. 47, I).
- Proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação oficial, de licença ou autorização do Poder Público (art. 47, II).
- Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo (art. 47, III).
- Proibição de freqüentar determinados lugares (art. 47, IV).
- Limitação de fim de semana ou “prisão descontínua” (art. 43, VI e art. 48).
- Multa (art. 49, e seus §).
- Prestação inominada (art. 45, § 2º) – havendo aceitação do condenado, o juiz poderá substituir a prestação pecuniária em favor da vítima por qualquer prestação de outra natureza. (BRASIL, 2002).

Percebe-se que as importantes alterações ocorridas na Parte Geral do Código Penal ampliam a possibilidade de aplicação e acrescentam novas modalidades de sanções penais alternativas à pena privativa de liberdade. Portanto, “abre-se um amplo leque de substitutivos para o encarceramento, apontando para a desprisionalização, uma tendência universal e consolidada dos sistemas penais.” (BATOCHIO, 1996, p. 450).

A pena de interdição temporária de direitos, portanto, tem como objetivo a privação de direitos do indivíduo.

Já a Pena da Limitação de Fim de Semana consiste em recolher-se por cinco horas diárias à casa do albergado, ou em outro estabelecimento adequado, aos sábados e domingos, a fim de ouvir palestras, participar de cursos e de atividades educativas, que possam contribuir para o restabelecimento do convívio social, como determina o Art. 48 e parágrafo único, do Código Penal.

As penas alternativas também visam à melhoria da população carcerária, garantindo a defesa dos direitos humanos dos presos.

A instituição das penas alternativas possibilita a ressocialização e prevenção, tornando desnecessária a pena de prisão; salientando-se, que a aplicação dessa sanção deve se restringir apenas aos delitos de menor poder ofensivo.

No Ordenamento Jurídico Brasileiro, as penas alternativas estão previstas principalmente no Código Penal e são substitutivas às de prisão, possibilitando que a privativa de liberdade seja substituída por uma restritiva de direitos. Isso acontece quando forem preenchidos certos requisitos, tais como: o infrator deve ser réu primário; a pena privativa de liberdade inferior a um ano e superior a quatro anos e a culpabilidade, ou seja, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do réu, bem como os motivos e circunstâncias, indicarem essa substituição suficiente. Quando a condenação é igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa, ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas penas restritivas de direitos.

O principal fundamento da aplicação das penas alternativas está em evitar o efeito maléfico que o encarceramento produz sobre o preso, que afasta o caráter educativo e de ressocialização da pena e acaba estimulando a criminalidade.

Sobre esse assunto Albergaria (1992, p.42) destaca:

As medidas alternativas resultam da crise das penas privativas de liberdades, sobretudo das penas de curta duração. Permitem que o condenado cumpra a pena junto à família e no emprego, com as restrições necessárias à sua educação e proteção da sociedade. Eliminam a contaminação carcerária, diminuem a superlotação prisional e suprimem a contradição, segurança e reeducação.

Diante do colapso do sistema carcerário, o qual não atende aos anseios da ressocialização do indivíduo, da precariedade das instituições carcerárias e das condições subumanas em que vivem os presos, Costa Júnior (1992) afirma que a prisão faliu na missão pedagógica que procurou desempenhar ao longo dos tempos. A pena privativa de liberdade não reeduca, corrompe; não recupera, deprava. Desta forma buscou-se procurar substitutivos penais para essa sanção, dando-se ênfase aos crimes de menor potencial ofensivo e aos

delinquentes cujo encarceramento não é aconselhável, procurando restringir a pena privativa de liberdade aos casos de reconhecida necessidade.

Tendo como base a experiência adquirida junto ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, na condição de estagiária de Serviço Social, e a bibliografia pertinente ao assunto, pretende-se realizar, no item seguinte, uma breve análise e reflexão referente à pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade, bem como sobre a inserção do Serviço Social na sua operacionalização.

2.2.1 A Pena Alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas

A pena alternativa de prestação de serviços à comunidade (PSC) foi introduzida no Brasil com a Lei 6.416/77 (Art. 698, § 2º, II). Porém, o grande avanço veio com a aprovação da Lei 7.210/84, que a concebeu como pena restritiva de direito e alternativa à prisão; passou a ser uma pena autônoma, substitutiva à pena privativa de liberdade, para delitos de menor gravidade. Além disso, a partir da Constituição Federal de 1988 foi consagrada esta modalidade de pena, prevista no art. 5º, inciso XLVI, alínea d, reconhecendo desta forma o trabalho comunitário. Constitui-se numa modalidade de pena alternativa com benefícios recíprocos: serve ao reeducando, considerando-se o cunho pedagógico da Medida; possibilita a reflexão sobre os atos realizados; permite conseqüentemente a reintegração social e as entidades sociais podem contar com mão-de-obra gratuita para o atendimento à determinada parcela da comunidade.

O conceito de prestação de serviços à comunidade apresenta-se no art. 46 do Código Penal, conforme descrito a seguir:

A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres em programas comunitários ou estatais.

Parágrafo único: as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas, durante 8 (oito) horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho

Em síntese, a Medida de Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas (PSC) consiste na atribuição de tarefas em entidades assistenciais e filantrópicas, ao reeducando, durante oito horas semanais, de modo a não prejudicar sua vida profissional e familiar pelo tempo determinado em juízo.

Quanto ao propósito fundamental da Medida Alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade, Polmann (1998) destaca que:

[...] tem por objetivo a ressocialização do indivíduo, no intuito de prepará-lo para a sua volta à sociedade. Já é mais que comprovado que a prisão não consegue recuperar o sentenciado ao retorno da vida social e nem apresentar novas perspectivas às suas vidas. (POLMANN, 1998, p.19).

Assim entendido, as penas alternativas têm por objetivo recuperar os sentenciados de delitos leves, procurando conscientizá-los e fazê-los refletir sobre o delito que cometeram, evitando o ingresso às prisões.

Esta pena poderá ser aplicada em quatro situações:

a) Enquanto pena autônoma e substitutiva – substituindo, a pena privativa de liberdade, mediante critérios como de acordo com o art. 44, do Código Penal, a saber:

I - para substituir a pena privativa de liberdade inferior a 1(um) ano ou se o crime for culposo;

II - o réu não for reincidente;

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que esta substituição seja eficiente.

Pode-se observar que a PSC só pode substituir a pena privativa quando o prestador de serviços cumprir todas as condições determinadas, isto é, tiver recebido uma pena de curta duração, ser réu primário e ser uma pessoa de boa índole, ou seja, com bons antecedentes, conduta social e personalidade corretas, levando em conta as razões que justifiquem esta substituição.

b) Como condição do Sursis (Suspensão Condicional da Pena) – a PSC passou a ser utilizada como condição obrigatória a partir de 1984, com a reforma penal, sendo que é o juiz quem decide a condição da pena;

c) Como condição do livramento condicional – visando a ressocialização e reintegração do prestador de serviços na sociedade, seria um período de transição entre a prisão e a liberdade;

d) Como condição do regime aberto – no caso de não haver a Casa do Albergado para os reeducandos cumprirem sua pena, ou quando houver para cumprir a finalidade preventiva e retributiva da pena.

Para o encaminhamento do reeducando ao cumprimento desta pena alternativa é necessário convênio com a Justiça (Fórum) e uma entidade pública ou particular de Assistência Social. Essa modalidade de pena oportuniza ao reeducando cumpri-la fora da

prisão, em liberdade, trabalhando com apoio e o auxílio da família e da comunidade onde vive, e ainda contar com o acompanhamento de um técnico.

Para a aplicação das penas, não temos mais o suplício corporal e sim transformações morais e sociais. Essa modalidade tem se mostrado bastante eficiente, em relação às penas alternativas, é à prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, pois possibilita ao indivíduo prestar um trabalho que exerça positiva influência educativa, visando sua ressocialização.

Ressalta Bitencourt (1997) que todos os segmentos sociais devem conscientizar-se de que a criminalidade é um problema de todos, portanto é indispensável uma transformação da opinião pública e dos cidadãos em relação aos “delinquentes”. Se pretendermos oportunizar a possibilidade de socialização, isso será possível com a conjugação de vários esforços.

A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (PSC) tem custo zero para o Estado e a responsabilidade de sua execução é dividida com a comunidade, através das entidades assistenciais conveniadas. Sua aplicação pode ser como pena autônoma, como condição da suspensão condicional da pena ou como condição do livramento condicional.

Caso a pena de prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas não seja cumprida em sua integralidade, poderá converter-se em prisão. O art. 45 do Código Penal realizará esta conversão quando: “I - Sobrevier condenação, por outro crime, a pena privativa de liberdade cuja execução não tenha sido suspensa; II - ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.” O reeducando que dentro destas quatro condições receber a PSC como pena e não cumpri-la da maneira correta tem seu benefício suspenso e poderá ir preso ou, também, quando ele for sentenciado por outro delito. Isto demonstra que a prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas é um benefício recebido pelo prestador de serviços e por essa razão deve ser cumprido sem problemas, pois da mesma forma que os reeducandos o recebem correm o risco de perdê-lo.

A PSC será revogada mediante quatro situações: quando não for encontrado o endereço certo do reeducando ou este não atender a intimação feita por edital; não comparecer, sem justificativa ao local de sua prestação; recusar-se, sem justificativa a prestar o serviço imposto e cometer alguma falta grave.

Esta pena é recomendável, pois possibilita o alcance da finalidade penal, ou seja, é compensativa, pois o reeducando busca reparar o delito que cometeu, através do trabalho gratuito; preventiva, faz com que o indivíduo reflita sobre sua pena, não reincidindo e é

educativa, porque o prestador se vê como pessoa digna de respeito, descobrindo o seu valor junto à sociedade.

A participação de todos os envolvidos, a sensibilidade e o engajamento da sociedade e das Instituições Assistenciais, a contribuição de profissionais capacitados, representam um fator decisivo para que se atinja o fim desejado: o sucesso desta alternativa à prisão.

De acordo com Bitencourt (1997, p. 231), as principais dificuldades que se apresentam para a aplicação da prestação de serviços à comunidade são apontadas a partir das seguintes questões:

quais as instituições, programas comunitários ou estatais existentes na comunidade, bem como quais são suas disponibilidades? Como se fará o acompanhamento, fiscalização e orientação do apenado que receber essa sanção penal? Como será feito o controle das aptidões pessoais dos condenados para destiná-los às atividades correspondentes?

Esta é uma realidade difícil a ser enfrentada pelos magistrados, pois realizar convênio com instituições, entrevistar os indivíduos submetidos a esta pena, acompanhar a execução e cumprimento de tal Medida é tarefa que demanda tempo e pessoal qualificado.

O Serviço Social, na área criminal, constitui-se em um campo recente de atuação do assistente social, em que este tem a possibilidade, através de seu instrumental teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, de intervir com postura crítica diante dos problemas sociais, viabilizando um acompanhamento sistemático do cumprimento da Medida, dando suporte aos reeducandos, às instituições que os recebem e ao Judiciário.

Os assistentes sociais como agentes detentores de um compromisso ético-político, expresso em seu Código de Ética, adotam posturas relevantes perante suas demandas como: a ampliação e consolidação da cidadania; o posicionamento a favor da equidade e justiça social; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados, tendo atuação imprescindível no processo de reeducação e ressocialização do reeducando junto ao Judiciário e as Instituições.

O Serviço Social, no acompanhamento da pena de prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, visa garantir a reeducação dos indivíduos, dentro da própria comunidade. Desenvolve um trabalho de orientação para que ocorra a conscientização durante o período do cumprimento da Medida, procurando estimular o prestador de serviços nos processos de dignificação e reeducação através do trabalho.

O profissional de Serviço Social também desempenha outro papel junto ao reeducando; o de orientação, esclarecendo os seus direitos, seus benefícios e as condições a

serem cumpridas, na tentativa de amenizar as dificuldades encontradas no processo de cumprimento da Medida.

Contudo, o assistente social, além da orientação e acompanhamento da pena de prestação de serviços à comunidade ou entidades Públicas, desenvolve um trabalho junto à família do indivíduo, dando atenção a suas diversas necessidades e, quando necessário, encaminhando-o para locais específicos, nos quais possa suprir suas carências; atendendo os usuários em todos os aspectos.

O assistente social atua neste contexto como mediador entre o poder judiciário, o reeducando e a comunidade, de forma a chamá-los à reflexão e à conscientização dos seus papéis sociais.

O profissional de Serviço Social deve buscar sempre no exercício de sua profissão, além do que a instituição lhe designa como função, primar pelo direito à cidadania de seus usuários, tendo como missão, orientar o indivíduo sobre seus direitos.

Iamamoto (1995, p.102) destaca sobre o assunto:

[...] importa destacar que o Assistente Social dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, o que se expressa numa relação singular de contato direto com o usuário, em que o controle institucional não é total, abrindo a possibilidade de refletir os rumos da ação profissional, conforme a maneira pela qual ele interprete o seu papel profissional. A isso se acresce outro traço peculiar do Serviço Social: a indefinição ou fluidez do que é ou do que faz o Assistente Social, abrindo-lhe a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem a mera demanda institucional.

A Assistência Social perpassa o caráter de uma simples orientação, visando principalmente o esclarecimento ao indivíduo de sua condição como cumpridor de sua pena, mas respeitado pelos seus direitos humanos e tratado dignamente sem discriminação.

Consideramos de grande importância fazermos uma reflexão a respeito da pena alternativa de prestação de serviços à comunidade, para sabermos quais os seus efeitos sobre as pessoas que devem cumpri-la.

Como já dito anteriormente, a prestação de serviços à comunidade consiste em uma pena restritiva de direitos, enquadrando-se como a mais ressocializadora dentre as demais penas instituídas pelo Código Penal de 1940, pelo seu caráter preventivo, socializador e educativo.

A prestação de serviços à comunidade possui benefícios recíprocos: serve ao reeducando, considerando o seu cunho pedagógico da Medida, que possibilita a reflexão sobre os atos realizados e, conseqüentemente, a reintegração social; já as entidades sociais podem contar com mão-de-obra gratuita.

Esta pena alternativa também possibilita ao reeducando cumpri-la sem prejudicar suas atividades normais, como trabalho e estudo, permitindo-lhe permanecer em seu seio familiar e social.

Através da prestação de serviços à comunidade, toda a sociedade divide com o Estado a responsabilidade da execução penal e da prevenção ao crime. Quando a sociedade acolhe o reeducando, através de suas entidades sociais, está contribuindo para a sua reeducação e, com isso, mantém a paz social. Já o reeducando, percebendo-se protegido no meio social, encontra incentivos para assumir o delito que cometeu e enfrentar a sua pena com dignidade, sem afastar-se do convívio familiar, buscando, através de seu trabalho, a reflexão sobre seus atos.

A prestação de serviços à comunidade possui muitos benefícios, dentre eles o caráter compensatório, no qual o reeducando busca reparar o delito que cometeu, através do trabalho gratuito. Possui o caráter preventivo, pois leva o reeducando a refletir sobre sua pena, não reincidindo. E, por fim, o caráter educativo visa que o reeducando se veja como pessoa digna de respeito, descobrindo o seu valor junto à sociedade.

A participação e a contribuição do Assistente Social são fundamentais, pois este profissional possui condições para a fiscalização da Medida; permitindo que o seu objetivo principal seja alcançado.

A pena alternativa de prestação de serviços à comunidade cumpre o seu objetivo principal, ou seja, reeducar e ressocializar a pessoa, visando a não-reincidência do crime.

Shecaira (1993, p.72), mostrando a experiência em São Paulo, informa que apenas 31,03% dos reeducandos não cumpriram a pena alternativa de prestação de serviços à comunidade.

A pesquisa realizada por Alessandro N. Pinto (1996, p.68), no Fórum da Capital, da Vara de Execuções Penais, mostrou que a maioria dos reeducandos conscientizou-se da importância do cumprimento da pena alternativa, e que 84% deles cumpriram rigorosamente o exigido e apenas 16% não o fizeram.

A prestação de serviços à comunidade constitui-se uma Medida ressocializadora, pois oportuniza à pessoa sua integração junto ao meio social, ao contrário se o mesmo estivesse submetido a uma pena privativa de liberdade. Esta pena alternativa também possui muitos benefícios de caráter compensativo, preventivo e educativo, permitindo à pessoa criar laços de solidariedade, respeito e confiança. Ao mesmo tempo, conscientiza-o de suas obrigações perante a Lei, ajudando-o a refletir sobre seus atos no exercício do trabalho

gratuito, despertando em si a consciência de ser cidadão e ter seus direitos e deveres assistidos, redimindo-o daquilo que fez e educando-o para que não cometa outros delitos.

O cumprimento da pena alternativa através do trabalho leva o reeducando a conhecer e dar o melhor de si, tornando-se importante para os demais, começando a refletir sobre o seu delito. A finalidade preventiva referente ao reeducando visa a levá-lo a não mais delinquir e a refletir sobre seu ato delituoso, mostrando a inutilidade do ato praticado.

Conforme Shecaira (1993, p.59), esta pena não quer exigir que o condenado pense e aja como toda a sociedade, nem ao menos como a média das pessoas, mas pretende fazê-lo e conscientizar-se que, mesmo com as diferenças entre as pessoas, deve submeter-se a um padrão ético mínimo, que permita a convivência entre os homens de forma pacífica.

Quanto ao caráter educativo, a pena de prestação de serviços à comunidade é de extrema importância, porque a pessoa passa a perceber-se melhor e descobre a sua utilidade dentro do contexto social, sentindo-se importante e bem visto pelos demais.

Conforme Ferreira (1989, p.259),

[...] a participação em um trabalho em benefício da comunidade é um favor de integração social. A pessoa que o executa pode ter a sensação de participar de uma tarefa construtiva e útil, e pode ver diretamente o resultado em sua atuação. Finalmente – concluem – para os acusados que conheceram uma longa série de reveses, esta pode ser a primeira ocasião em que lhes oferecem a oportunidade de uma ação positiva.

A pena alternativa de prestação de serviços à comunidade utiliza o trabalho como um meio ressocializador, dever social e condição de dignidade humana, por meio da qual a pessoa se sente valorizada diante da sociedade, pois está fazendo algo de útil e benéfico, tendo como finalidade o caráter educativo e produtivo.

Finalizando, a Prestação de Serviços à Comunidade representa um novo caminho para as pessoas que cometeram delitos de menor potencial ofensivo (crimes menores) cuja pena privativa de liberdade não ultrapasse o período de dois anos. O objetivo é que a pessoa encontre dentro de si o que existe de mais significativo, conhecendo-se e descobrindo o que possui de melhor através do exercício do trabalho comunitário e o contato permanente com o meio social.

Conclui-se que a pena de prestação de serviços à comunidade é, no momento, a que mais responde ao verdadeiro sentido da sanção penal, seja no aspecto retributivo/repressivo, seja no aspecto preventivo. O beneficiado não perde, em momento algum, o contato social, mantendo o convívio familiar intacto, o que é excelente não só para ele como para seu cônjuge e filhos. A sua presença no ambiente familiar é fundamental para que aqueles familiares não percam o sentido do que significa ter uma família bem estruturada, fator

preventivo da prática de futuros delitos. Também não podemos ignorar que a família é a célula e a base da sociedade, e essa forma de controle jurídico-penal é a que menos a prejudica.

Quanto ao aspecto psicológico, o prestador sente-se útil à sociedade, integrando-se ao sistema produtivo do mercado, prestando auxílio a outros seres humanos, muitas vezes em situação de extrema dificuldade, o que o faz refletir e ter consciência do delito cometido, reabilitando-o por completo.

A pena alternativa de prestação de serviços à comunidade é a pena do futuro, exprimindo a preocupação na adequação da sanção penal a um Direito Penal moderno e democrático, que atende aos anseios de uma sociedade desiludida com a impunidade do cárcere. Retribuição, reabilitação, prevenção e ressocialização são as bases de um Direito Penal satisfatório pelas necessidades sociais atuais.

Pode-se constatar a efetividade do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, devido aos objetivos atingidos e por dar respostas a todos os desafios impostos pela realidade. O autor dos fatos tidos como contrário à lei é, na verdade, um beneficiário; pois tem a oportunidade, através da pena alternativa de prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, de ressarcir a sociedade pelo delito que cometeu, sem perder a sua liberdade, ou seja, poderá continuar sua vida normal (trabalhar, estudar etc.) e conviver com sua família, amigos e comunidade. Além disso, não terá nenhum registro de antecedente criminal e poderá aprender muito com a experiência que vivenciará com o cumprimento da pena alternativa.

A atuação do Serviço Social junto ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, no Fórum do Norte da Ilha será o tema do próximo item, quando será destacada a sua implementação e o processo de intervenção do assistente social na sua operacionalização.

2.2.2 O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha

A grande demanda existente no Juizado Especial Criminal do Fórum do Norte da Ilha, para encaminhamento de cidadãos à prestação de serviços à comunidade ou a entidades

públicas, justificou, em janeiro de 2004, a solicitação para que o setor de Serviço Social elaborasse um projeto que atendesse essa demanda, específica da área criminal.

Até esse momento, os encaminhamentos e acompanhamentos dos prestadores de serviços eram feitos pelo juiz e pelo promotor de justiça. Contudo, esses sentiram a necessidade de estruturar melhor o trabalho que até então vinha sendo feito e, através de reuniões com o setor de Serviço Social, ficaram estabelecidas as bases do Projeto que viria a atender a referida demanda.

Em fevereiro de 2004, o Projeto (Anexo A) foi desenvolvido pela Assistente Social, Ana Maria Mafra Dal Bó, do Fórum do Norte da Ilha, juntamente com suas duas estagiárias, tendo aprovação e implantação em março do mesmo ano, o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

Devido às modificações legais que ocorreram no âmbito das penas alternativas, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária incentivou a criação da Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas.

Segundo Alvarenga et al.(2004), para que fosse suprida essa necessidade, o Ministério da Justiça institui, no ano de 2000, a implantação da referida Central, tendo como objetivo a realização de ações para incremento da aplicação das penas alternativas em nível nacional.

Em Santa Catarina, o desenvolvimento desses serviços acontece através do Provimento nº 10/92, da Corregedoria da Justiça do Estado, que, de acordo com o art. 46 do Código Penal, estabelece as bases de implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, em todas as comarcas, com o objetivo principal de executar esta modalidade de pena alternativa.

O referido Provimento foi realizado com base nas experiências desenvolvidas anteriormente, no Estado do Rio Grande do Sul, onde o Projeto já apresentava resultados satisfatórios.

O item 6 (seis), desse Provimento nº10/92, estabelece que, para a implantação do Programa de Prestação de Serviços, é necessário que o Juiz que determina a execução da pena estabeleça um levantamento de dados das instituições existentes na comarca, tendo essas que preencher alguns requisitos, tais como: ser de caráter assistencial e sem fins lucrativos. Do item 7 ao 9.3, esse Provimento fala a respeito das atribuições do Serviço Social, mais precisamente do Assistente Social, determinando que este seja o responsável pelos levantamentos de dados das instituições, por firmar convênio com estas; fazer entrevistas com prestadores de serviços para obter dados sobre suas aptidões e condições pessoais; fiscalizar o

cumprimento da Medida, acompanhando a execução, visitando periodicamente as instituições e emitindo relatórios.

O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade entrou em vigência em maio de 2004, e tem como objetivo geral a “ressocialização e reeducação do indivíduo submetido à Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas, oportunizando que este desenvolva atividades de acordo com suas aptidões, visando a reflexão de seus atos e não reincidência do delito cometido.” (MENDES, GUAREZI, DAL BÓ, 2004, p.5).

Assim, em cumprimento a Lei, este benefício só será oferecido ao reeducando nos crimes de menor potencial ofensivo, mas o diferencial, no caso do Fórum do Norte da Ilha, é que a pena privativa de liberdade não ultrapasse o período de 2 (dois) anos.

Para a efetuação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade foram utilizados como base alguns trabalhos que já haviam apresentado efeitos positivos. Além desses, foram levados em consideração o provimento 10/92, a Lei 9.714 de 1998, e principalmente o Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, formulado pelo CENAPA, em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça, em 2002.

O público-alvo do programa são pessoas adultas que cometeram alguma infração considerada contrária à lei e, em resposta ao ato cometido, foi aplicada a pena de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

A equipe multidisciplinar que atua no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha é composta por profissionais peritos em comportamento (Assistente Social) e operadores do Direito (Juiz e Promotor de Justiça). Nesse nível técnico-operacional, os principais atores envolvidos são o Juízo da Execução, o Ministério Público, a Equipe de Apoio Técnico (Assistente Social e estagiárias de Serviço Social), a Comunidade e o Delegado de Polícia que atua de forma indireta.

É a equipe de apoio técnico que estabelece a interação entre o mundo jurídico e o mundo social, fazendo a interseção entre o juízo da execução e a comunidade.

Referente à dinâmica do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade pode-se dizer que ela concretiza-se através de uma abordagem individual, realizada pelo Assistente Social, no atendimento à pessoa submetida à pena alternativa de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas. Por meio da entrevista inicial, visitas domiciliares – quando necessário – oportunizando um maior contato com a realidade dessas pessoas e de suas famílias, e encaminhamento às instituições conveniadas. Todavia, para que aconteça a efetiva implementação do referido Programa, é fundamental a parceria com as instituições da sociedade, devido ao alcance dos objetivos de socialização através da convivência social.

Além da abordagem individual, o Assistente Social que atua no Programa também se utiliza da abordagem institucional, quando estabelece interlocução com as instituições parceiras, que recebem os reeducandos do Programa. Através dessas, o Assistente Social realiza o acompanhamento da evolução dos serviços prestados, realizando a mediação entre a instituição e prestador de serviços, possibilitando o engajamento reflexivo sobre seus papéis sociais.

Com a fixação da pena alternativa – Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas – negociada em audiência com o promotor de justiça ou determinada pelo juiz, a pessoa é encaminhada pelo Juizado Especial Criminal ao setor de Serviço Social, para que seja viabilizada uma instituição na qual prestará o serviço e, conseqüentemente, o cumprimento da pena alternativa. Também ocorre a aplicação da pena de Prestação Pecuniária, outra modalidade de pena alternativa, conforme dispõe o artigo 43, inciso I, do Código Penal, quando considerada a gravidade da infração penal, sob a apreciação do Ministério Público.

Além disso, quando o cidadão chega ao setor de Serviço Social, é recebido por uma Assistente Social ou estagiária que, após se identificar, dizendo o nome e a função, apresenta os procedimentos a serem realizados a partir desse momento, quais sejam: a realização da entrevista e o porquê de estar sendo realizada; o encaminhamento formal a uma instituição adequada ao seu perfil, mediante ofício e documentação necessária ao cumprimento da Medida Alternativa; e o acompanhamento realizado pelo Serviço Social. O setor de Serviço Social acompanha o cumprimento integral da Medida, dando suporte necessário ao prestador e à instituição conveniada.

Para a realização da entrevista, o Assistente Social utiliza-se de um formulário próprio que, após realização do encaminhamento, é anexado ao Termo Circunstanciado¹⁶ de cada usuário do Programa. Nesse momento da entrevista, após registro dos dados coletados, o profissional faz a socialização das informações, de maneira explicativa, sobre as etapas que compreendem desde o encaminhamento à instituição conveniada até o cumprimento da Pena Alternativa. O primeiro passo a ser dado pelo reeducando é se apresentar na instituição onde irá prestar serviços; o segundo passo é a entrega da documentação necessária para o

¹⁶ O Termo Circunstanciado, também chamado TC: “é um instrumento jurídico de responsabilidade da polícia judiciária; é procedimento indispensável à realização da justiça criminal nas infrações de menor potencial ofensivo.” (FERREIRA; BARIANI, 2005, p.169).

cumprimento da Medida à pessoa responsável pela parceria na instituição e, ao final da prestação do serviço, o reeducando faz a devolução da documentação, preenchida pela instituição ao setor de Serviço Social, comprovando assim o cumprimento da Pena Alternativa.

Considerando-se que a informação é uma das condições fundamentais para a efetivação dos direitos, o Assistente Social socializa com os reeducandos as informações que dizem respeito à penalidade que lhes foi aplicada, entendendo que é direito seu dispor desse acesso. Durante o Estágio Curricular Obrigatório, produziu-se um informativo aos reeducandos (Anexo B) que explicava de forma clara e objetiva, as consequências do não-cumprimento da pena alternativa (esse material era fornecido aos reeducandos).

Após a realização da entrevista, e considerados todos os aspectos apresentados anteriormente, o Assistente Social mantém contato telefônico com as instituições conveniadas, a fim de formalizar o referido encaminhamento. Nesse momento, procura-se estabelecer uma relação próxima entre o Judiciário e a Instituição conveniada, que deve ser mantida durante todo o período de permanência do reeducando na instituição, de maneira que a parceria venha a contribuir para o efetivo alcance dos objetivos do Programa e de seus usuários.

Nesse contexto, o Serviço Social procura promover e fortalecer essa relação no exercício de sua prática cotidiana, desde o momento que é firmado o convênio com as instituições. Esse, por sua vez, é firmado mediante a utilização de instrumentos tais como: visitas institucionais, contatos telefônicos e documentação necessária.

Após o contato telefônico feito com a instituição que irá receber o reeducando, é realizado encaminhamento formal, através de ofício e documentação específica para o acompanhamento da prestação de serviços, a saber: modelo de ofício para comunicação judicial sobre a apresentação do reeducando na instituição, ficha de frequência mensal, avaliação mensal e avaliação final da instituição sobre a prestação de serviços realizados. Essa documentação é entregue pelo reeducando à pessoa responsável por ele na instituição, e lá permanece até o cumprimento da pena alternativa; ao término dessa, a referida documentação é levada pelo reeducando até o setor de Serviço Social que, por sua vez, a entrega ao Juizado Especial Criminal.

Desse modo, desde o momento em que o reeducando é encaminhado à instituição para cumprir a pena alternativa que lhe foi aplicada, o Serviço Social se responsabiliza pelo

seu acompanhamento, através de contatos telefônicos, visitas institucionais e domiciliares quando a necessidade assim o exige.

Esse acompanhamento permite, dentre outras atividades, as seguintes atribuições: recolher relatórios mensais de registros de frequência e monitoramento individualizado sobre a prestação de serviço, a fim de detectar as dificuldades encontradas tanto pelos reeducandos quanto pelas instituições, visualizar os resultados alcançados e ampliar os vínculos entre o Fórum e a instituição, orientando e esclarecendo questões que surgem durante o acompanhamento da Prestação de Serviços à Comunidade. O acompanhamento, realizado pelo Serviço Social, também permite momentos de reflexão junto aos reeducandos e seus familiares acerca das situações vivenciadas, as quais emergem durante o cumprimento da Medida Alternativa.

A atuação do Assistente Social no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade ainda resulta no desempenho de outras atribuições, tais como a emissão de pareceres técnicos, relatórios, recibos de comprovação do pagamento da Pena de Prestação Pecuniária, procedimentos administrativos, como, por exemplo, encaminhamento de ofícios e informações ao juiz e promotor sobre a situação do reeducando, viabilização de condições mais favoráveis ao cumprimento da Medida, dentre outras solicitações.

Ao término da Prestação de Serviço, o Serviço Social propõe uma avaliação final a ser realizada com o reeducando sobre sua experiência vivida, por meio da qual enfatiza sua relação com a instituição onde cumpriu a Medida Alternativa.

O Serviço Social, que atua no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, tem investido num trabalho direcionado para uma perspectiva de inclusão social das pessoas submetidas a essa pena alternativa, pautado na noção de cidadania, ou seja, garantia e efetivação de direitos. Assim, as ações profissionais cotidianas fundamentam-se em bases teórico-metodológicas e ético-políticas, afirmando o compromisso com o atual projeto profissional do Serviço Social.

Devido ao grau de importância das ações sócio-educativas junto ao Serviço Social, assim como no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, resolveu-se explicar a referida temática.

Pode-se dizer que as ações sócio-educativas permitem o estabelecimento de um processo emancipatório que oportuniza aos indivíduos se perceberem como sujeitos na sociedade onde estão inseridos e usufruir dos bens (materiais e imateriais) nela produzidos.

Os objetivos que orientam as ações sócio-educativas consistem em:

- Construir, através do processo de co-participação profissional/usuário e grupo de usuários, alternativas concretas de acesso, de ampliação e de consolidação de Direitos que atendam as demandas dos usuários dos serviços.
- Estabelecer um processo de reflexão e discussão através da informação e do conhecimento sobre situações, conteúdos e serviços de interesse do usuário, ou do grupo de usuários para que possam entender problematizar, participar e interferir nas formas de acessar as informações e de usufruir serviços e benefícios. (LIMA, 2004).

O trabalho do Assistente Social, ao privilegiar o desenvolvimento de ações sócio-educativas no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, considera a pessoa que praticou algum ato considerado contrário à Lei, um sujeito de direitos e de sua própria vida, apresentando suas decisões e escolhas que devem ser respeitadas. Esse sujeito tem direito à informação e reflexão sobre seus atos que são fundamentais, para que ele possa realizar suas escolhas com liberdade, recuperando seu papel ativo na sociedade, como sujeito social.

Conforme Lima (2004), as ações sócio-educativas remetem à consciência reflexiva, o que oportuniza ao usuário uma compreensão afetiva da sociedade onde vive; dos direitos que possui nessa sociedade; da possibilidade de coletivização de suas necessidades de modo a ampliar, na esfera pública, seus direitos; e da responsabilização ética que o profissional em ato deve ter, e que se expressa, nas dimensões assistenciais do trabalho vivo (trabalho criador), na relação de acolhimento, de criação de vínculo, de produção de resolutividade e da criação de maiores graus de autonomia no seu modo de se relacionar com a família e com a comunidade.

Assim sendo, o objetivo do Serviço Social vai além de estabelecer uma instituição que receba os usuários do Programa, promovendo um espaço que possibilite a essas pessoas momentos de reflexão sobre seus papéis na sociedade como sujeitos, não somente em relação aos seus direitos à informação, orientação e oportunidade de acessar a pena alternativa de uma forma educativa, como também por meio do movimento reflexivo com a comunidade, através das instituições que possuem convênio com o Programa.

Desse modo, o Serviço Social constrói sua intervenção no cotidiano profissional junto aos usuários do Programa, socializando informações transmitidas sob a ótica do direito, direito esse de acesso ao conhecimento que, somado aos seus próprios conhecimentos, oferecerá a oportunidade de ampliação de seu grau de autonomia.

Deve-se ressaltar que o conhecimento socializado pelo Assistente Social com os reeducandos, a respeito da prestação de serviços à comunidade (pena alternativa que lhes foi aplicada), os levarão a optar pelo caminho a seguir.

No cotidiano do Programa, o profissional de Serviço Social percebe a necessidade de reforçar momentos de socialização do conhecimento da pena alternativa aplicada, tendo em vista a intensidade com que essa demanda se apresenta, não só de maneira explícito/verbal, mas de modo a tornar-se perceptível ao profissional no momento da realização da entrevista.

Nessa direção, partilha-se do entendimento de que

[...] todo profissional que desenvolve uma ação sócio-educativa é visto como um facilitador da aprendizagem, pois deve entender que o usuário é sujeito de seu próprio conhecimento que, ao se conscientizar, se instrumentaliza de maneira a ampliar seu grau de autonomia e que tem por perspectiva um ato contínuo de transformar a si mesmo e a realidade. (LIMA, 2004, p. 66).

Dessa forma, atendendo a especificidade própria do Serviço Social em utilizar em sua prática a reflexão com seus usuários, fortalecendo-os num processo de mudança da realidade na qual se inserem na direção da ampliação dos seus direitos, o Assistente Social promove um espaço de reflexão com os usuários do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade a respeito de sua realidade de vida individual e social.

No campo dessa ação reflexiva, emergem situações vivenciadas por estes sujeitos, que, na sua quase totalidade, estão relacionadas direta e/ou indiretamente com a infração penal cometida, como por exemplo, quanto ao uso de substâncias psicoativas. Tais reflexões são construídas com a participação dos usuários do Programa, de maneira que se sintam integrantes desse processo, tendo em vista que são questões que vêm ao encontro da realidade por eles vivenciada. É nesse momento que são socializadas dúvidas e angústias que contribuem para exercitar o aprendizado.

Assim, o Serviço Social também estende espaço aos familiares, possibilitando a todos o exercício de uma consciência reflexiva que permita aproximação entre profissional, usuários e suas famílias. A participação das famílias acontece quando essas sentem a necessidade de um suporte profissional nas discussões construídas acerca de situações vivenciadas, demandando orientações e informações que demonstrem interesse e preocupação para com seus membros, especialmente quando se trata de filhos.

O profissional de Serviço Social, portanto, desempenha uma função pedagógica no contexto do Programa. Tal função, como ressaltam Veronese, Quandt e Oliveira (2001), não pode e não deve restringir-se à idéia de promover o ensino ou a aprendizagem, pois o seu papel atinge um contexto mais amplo. Esses autores completam:

[...] Promove, conjuntamente, a *formação* integral do indivíduo (bio-psico-social), considerando, conciliando e valorizando a sua realidade, assim como, as suas características e valores culturais. (VERONESE; QUANDT; OLIVEIRA, 2001, p. 88).

Por essa razão, a intervenção profissional do Assistente Social se caracteriza, também, num processo conjunto de ensino-aprendizagem, ou seja, de um aprendizado compartilhado, estabelecido por meio da relação direta entre profissional e usuário, conforme aponta Lima (2004).

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no Programa assume uma posição direcionada para as necessidades dos usuários. Tais necessidades estão relacionadas diretamente com a busca do acesso aos direitos, através da informação e do conhecimento acerca dos serviços prestados no âmbito institucional do Judiciário e em outras instâncias da sociedade, de maneira educativa enquanto cumpridores de pena alternativa.

Entende-se, assim, que são espaços que possibilitam aos reeducandos, através das ações empreendidas, trilharem novos caminhos na busca pela modificação de sua realidade de vida atual, enquanto as ações sócio-educativas, desenvolvidas pelo Serviço Social, atuam cotidianamente no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, orientando a intervenção do assistente social de maneira a possibilitar a construção de caminhos que apontem para a promoção dos usuários do Programa, que se encontram cumprindo esta modalidade de pena alternativa.

No próximo capítulo do Trabalho em tela, será abordada a pesquisa realizada com os 25 reeducandos entrevistados no setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, em Florianópolis, no período do Estágio Curricular Obrigatório.

3 PESQUISA REALIZADA JUNTO AOS REEDUCANDOS

Neste último capítulo abordar-se-á a pesquisa realizada com os 25 reeducandos entrevistados no setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, que cumpriram o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, quando traçaremos as características dos mesmos e o questionamento referente a opinião deles sobre o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e o que aprenderam com tudo que vivenciaram; desde o momento que cometeram o delito até o cumprimento da pena alternativa.

3.1 Perfil Sócio-Demográfico dos Reeducandos Entrevistados

3.1.1 Aspectos Metodológicos

Pesquisar é uma forma de investigação, que tem por finalidade descobrir conhecimentos novos a partir de uma construção científica. Assim, segundo Minayo (1994, p.17), entende-se por pesquisa “a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade.”

Para a realização desta pesquisa, foram entrevistados 25 reeducandos que cumpriram a pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade, ou seja, que participaram do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, no período de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social; período correspondido entre agosto a dezembro de 2005, no Fórum do Norte da Ilha em Florianópolis.

O referencial teórico, para dar suporte ao presente trabalho, foi colhido em pesquisa bibliográfica e documental. Deu-se atenção aos estudos de outros trabalhos, seguindo-se a mesma análise, pesquisando-se livros e trabalhos de conclusão de curso.

Considera-se o postulado por (BRUYNE; HERMEN; SCHOUTHEETEM, 1982, p.102), quando esses afirmam que a verdadeira função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico, é:

[...] a de ser instrumento mais poderoso da ruptura epistemológica face às pré-noções do senso comum, devido ao estabelecimento de um corpo de enunciados

sistemático e autônomo, de uma linguagem com suas regras e sua dinâmica próprias que lhe asseguram um caráter de fecundidade. A teoria assim concebida impregna todo o processo concreto da pesquisa, é imanente a toda observação empírica; [...] em função da teoria construída para apreendê-lo.

Esta pesquisa realizou-se em duas etapas. Na primeira etapa foi traçado o perfil dos reeducandos entrevistados e na segunda etapa foi realizada entrevista de Avaliação Final, por eles terem cumprido a pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade.

O perfil dos reeducandos, atendidos pelo Serviço Social do Juizado Especial Criminal foi estudado a partir dos dados obtidos nos formulários de Cadastro do Reeducando-Entrevista (Anexo C), criado pelo setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, com o intuito de subsidiar as intervenções profissionais.

A pesquisa documental deu-se através da análise dos formulários de entrevista do setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, assim concebida por Gil: “A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa.” (GIL, 1995, p.73).

Esse formulário contém perguntas que facilitam a identificação do autor dos fatos, reeducando, tido como contrário à lei; suas aptidões e habilidades, o delito praticado, bem como informações gerais. É importante mencionar que se operam limitações nesse formulário, pois o mesmo não foi criado para uma pesquisa e sim para subsidiar o trabalho de campo. Apesar das limitações, foi possível, por meio de técnicas quantitativas, examinar os dados obtidos através da análise de variáveis agrupadas, quais sejam: estrutura por sexo e idade, origem geográfica, estado conjugal, reeducandos com filhos, ocupação, escolaridade, tipo de contravenção penal e a aplicação da pena alternativa, como também o encaminhamento às instituições.

Quanto ao método, adotou-se o quantitativo, de acordo com (RICHARDSON; PERES, 1999, p. 70), nestes termos:

O método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança, quanto às inferências. É freqüentemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de casualidade entre fenômenos.

Os estudos descritivos propõem-se investigar o “que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou indivíduo.

Na segunda etapa da pesquisa, realizou-se 25 entrevistas com reeducandos que cumpriram a pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade, ou seja, que participaram do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. Estes reeducandos foram escolhidos de forma aleatória, no período de Estágio Curricular Obrigatório, ou seja, quando

compareciam ao setor de Serviço Social com a documentação em mãos, comprovando o cumprimento da pena alternativa, e serviram como amostra, já que são atendidos, em média, 40 reeducandos por mês no respectivo setor. Os reeducandos, então, eram chamados para a entrevista de Avaliação Final, utilizando-se o formulário de Avaliação Final (Anexo D), desenvolvido pelo setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha. Verificou-se, então, que o mesmo continha 7 (sete) perguntas fechadas, focando a relação reeducando e instituição, localizando onde cumpriu a pena alternativa, e apenas uma pergunta aberta que solicitava ao reeducando comentários e sugestões. Percebeu-se a necessidade de se acrescentar à Avaliação Final duas perguntas abertas com o objetivo de avaliar a opinião do reeducando a respeito do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e identificar aprendizados/vivências adquiridas com toda aquela experiência, alvo desta pesquisa. As perguntas foram inseridas na Avaliação Final, com o consentimento da supervisora de campo, a Assistente Social Ana Maria Mafra Dal Bó, e dos próprios reeducandos (que consentiram com a pesquisa, assim que informados que esta seria utilizada em um trabalho de conclusão de curso, e mantido o sigilo de sua identificação, dentro da ética profissional). Os entrevistados responderam às seguintes perguntas:

- O que você aprendeu com esta experiência – desde o delito até o cumprimento da pena alternativa?
- O que você achou do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e que resultados trouxe para sua vida? (Ex. Voltou a estudar? Trabalhar? A fazer serviços voluntários? Voltou à instituição?)

Nesta segunda etapa, optou-se pela utilização de técnicas qualitativas, buscando-se como resultados uma maior compreensão e abrangência das questões apresentadas junto aos reeducandos, pois de acordo com Richardson et al. (1999, p. 70), a pesquisa qualitativa: “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamento.”

Com esta pesquisa visa-se contribuir para o aprimoramento do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

3.1.2 Caracterização dos Reeducandos

O universo da pesquisa foi composto pelo material contido nas entrevistas realizadas no Fórum do Norte da Ilha, pelo profissional de Serviço Social, no período de agosto a dezembro de 2005, durante o seu cumprimento do Estágio Curricular Obrigatório.

Far-se-á uma análise, comparando-se com dados obtidos através de outras pesquisas que seguem o mesmo tipo de análise, como as de Polmann (1998), que realizou sua pesquisa junto aos prestadores de serviços à comunidade, na Vara de Execuções Penais, no Fórum Central de Florianópolis, onde traçou o perfil dos mesmos; e Oliveira (2003) que traçou o perfil da população carcerária dos presídios de Florianópolis, Chapecó e Curitiba. Buscou-se, assim, um maior enriquecimento desta pesquisa através dos estudos desses autores.

3.1.2.1 Estrutura por sexo e idade

As informações coletadas indicam que a maioria dos reeducandos é do sexo masculino, sendo 23 homens, o que corresponde a 92% deles, e 2 mulheres, correspondendo a 8%, dos mesmos, beneficiados pela Prestação de Serviços à Comunidade.

Trata-se de um perfil que não se afasta do tipo de composição por sexo, dado mais freqüentemente comum aos setores de população em conflito com a lei. Constata-se que no âmbito carcerário a predominância é do sexo masculino. No quesito relacionado ao sexo dos prestadores de serviços à comunidade, Polmann (1998, p.53) relata que “[...] a totalidade dos sentenciados que prestam serviços à comunidade na atualidade são do sexo masculino, porém em outros tempos houve sentenciados do sexo feminino que prestaram serviços, sendo em número inferior aos do sexo masculino.”

Pode-se visualizar esta realidade através do Gráfico 1.

Nº de Reeducandos por sexo

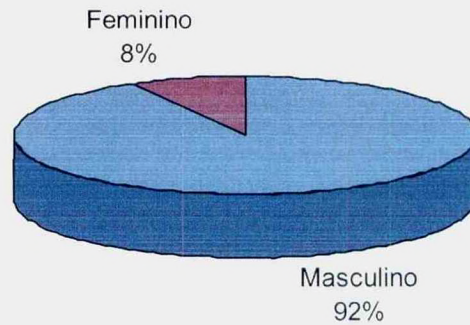


Gráfico 1: Número de reeducandos por sexo

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

As idades vão de 20 a 50 anos. Quanto às idades, destaca-se, em maior porcentagem, o perfil jovem dessa população.

A distribuição da população estudada, segundo faixa etária, pode ser observada no Gráfico 2.

Faixa Etária dos Reeducandos

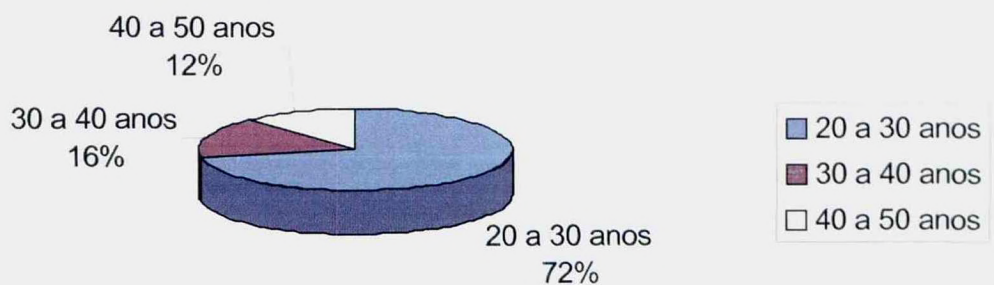


Gráfico 2: Faixa etária dos reeducandos

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Esses dados indicam que dos 25 reeducandos, 18, dos quais corresponde a 72%, têm de 20 a 30 anos de idade; 4 reeducandos, o que corresponde a 16%, têm de 30 a 40 anos de idade e 3 reeducandos, correspondendo a 12%, têm de 40 a 50 anos de idade.

No âmbito carcerário, tem-se a pesquisa realizada por Ferreira da Silva (apud POLMANN, 1998, p.42), no Complexo Penitenciário de Florianópolis, por intermédio do Setor de Serviço Social da Vara de Execuções Penais, que elaborou o perfil dos egressos, constatando que “[...] a maioria está entre 21 a 30 anos, na chamada idade produtiva [...].”

A Assistente Social Adriana Aparecida Polmann (1998) verificou que a maioria dos prestadores de serviços tem de 20 a 30 anos de idade. Portanto, pode-se constatar que são os jovens os que mais cometem delitos e, ao mesmo tempo, os que se beneficiam com a pena alternativa de prestação de serviços à comunidade.

3.1.2.2 Origem Geográfica

Com relação à origem da população estudada, verifica-se que a maioria é natural de Florianópolis/SC, totalizando 12 reeducandos, o que corresponde a 48%; 5 reeducandos são de outras cidades de Santa Catarina, o que corresponde a 20%; e 8 reeducandos são provenientes de outros Estados, correspondendo a 32%, sendo que 6 reeducandos são de Estados vizinhos (Paraná e Rio Grande do Sul) e 2 reeducandos de Estados não-limítrofes: um de Brasília e outro do Rio de Janeiro.

Essa distribuição pode ser melhor apresentada através do Gráfico 3:

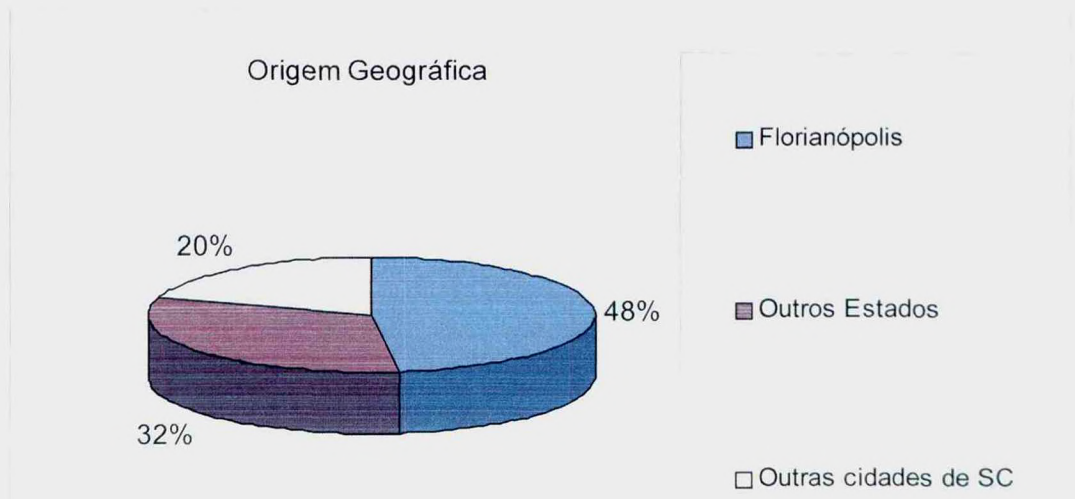


Gráfico 3: Origem geográfica

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Na pesquisa de Polmann (1998, p.55), no que diz respeito ao local de origem, constatou-se que “[...] a maioria é de procedência local, os demais são do interior e de outro Estado.”

Com isso, percebe-se que a maior proporção reeducandos é proveniente de Florianópolis.

Já em relação à pesquisa apresentada por Oliveira (2003, p.123), verificou-se que 89,75% dos reclusos da penitenciária deste município são naturais do Sul do país; e nas demais regiões, a procedência não é significativa, coincidindo com os dados da nossa pesquisa.

3.1.2.3 Estado Civil

O estado conjugal que se destaca é a condição de solteiro, com 16 reeducandos, o que corresponde a 64% dos reeducandos; seguindo-se de 6 reeducandos na condição de casados, correspondendo a 24% deles e 3 reeducandos na condição de separados,

correspondendo a 12% do total. As outras formas de convivência, como viúvo e divorciado não aparecem na pesquisa.

A distribuição da população estudada, segundo estado conjugal, pode ser observada no Gráfico 4:

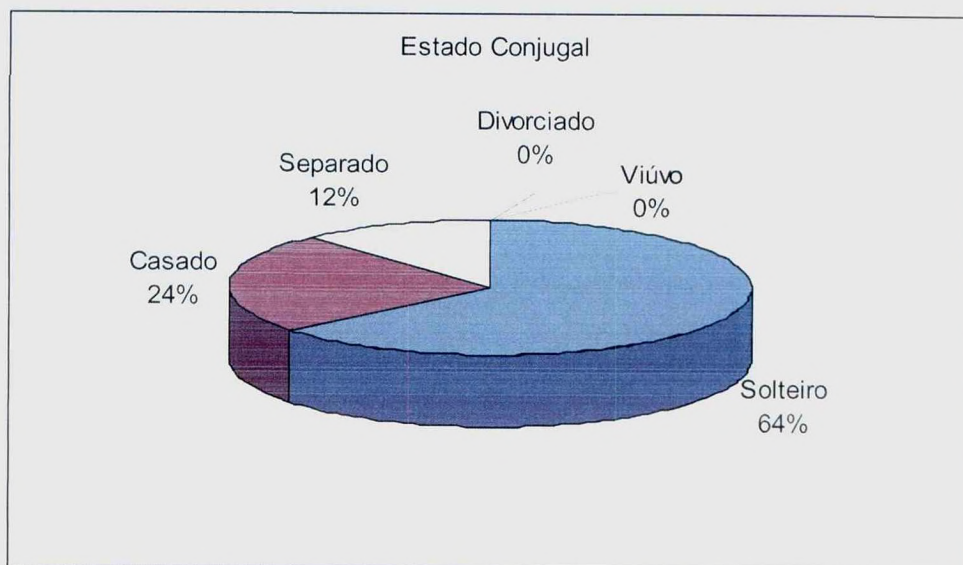


Gráfico 4: Estado civil

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Na pesquisa de Oliveira (2003, p.119), o estado civil solteiro era expressivo em todos os ambientes prisionais – Chapecó, Curitiba e Florianópolis – que detinham 50% do número total de reclusos: 41, 43 e 47% respectivamente.

Dado o grau de importância em se criar e educar um filho nos dias atuais, além da grande responsabilidade sobre o mesmo, resolveu-se verificar quantos reeducandos possuem filhos ou não.

Essa realidade pode ser verificada no Gráfico 5:

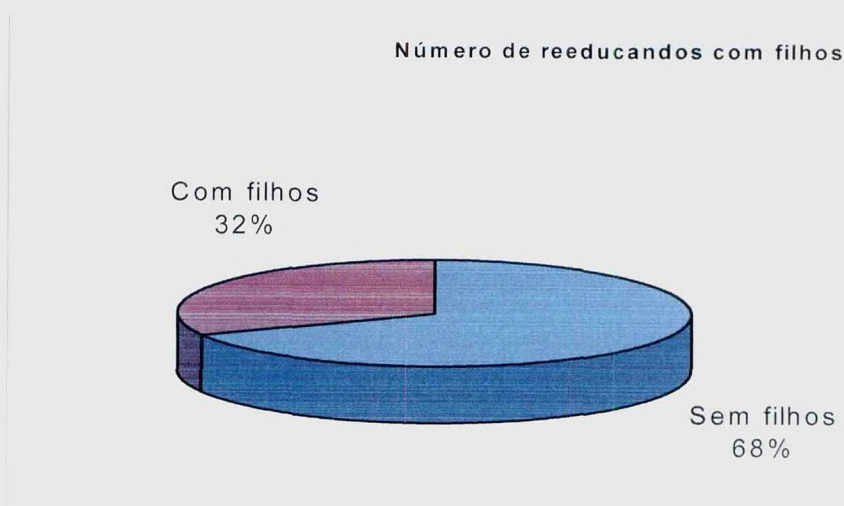


Gráfico 5: Número de reeducandos com filhos

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Verificou-se, conforme gráfico acima, que a maioria dos reeducandos entrevistados não possui filhos (68%). Apenas 8 reeducandos têm filhos, correspondendo a 32% do total, sendo que a maioria dos que têm filhos formaram sua própria família.

Conforme Oliveira (2003, p.120), na população carcerária de Chapecó, 56,75% não tem filhos; em Curitiba, 85,72%; e em Florianópolis, em 1994, a maioria dos reclusos (52,25%) possuía filhos. Mas, um percentual significativo de 47,75% não possuía filhos.

3.1.3 Situação Sócio-Econômica

Para classificação sócio-econômica da amostra, utilizaram-se critérios como ocupação e escolaridade dos reeducandos. Foram examinados os tipos de atividades exercidas pelos reeducandos, o grau de responsabilidade econômica exercida no âmbito familiar, além do nível de instrução e a sua natureza laboral.

3.1.3.1 Ocupação

Os dados aqui registrados evidenciam a concentração dos reeducandos em termos de ocupações entre estudante e trabalhador.

Pode-se verificar, conforme o gráfico 6, que dos 25 reeducandos entrevistados, 6 são estudantes, o que corresponde a 24% e 19 trabalham, somando 76% de trabalhadores.

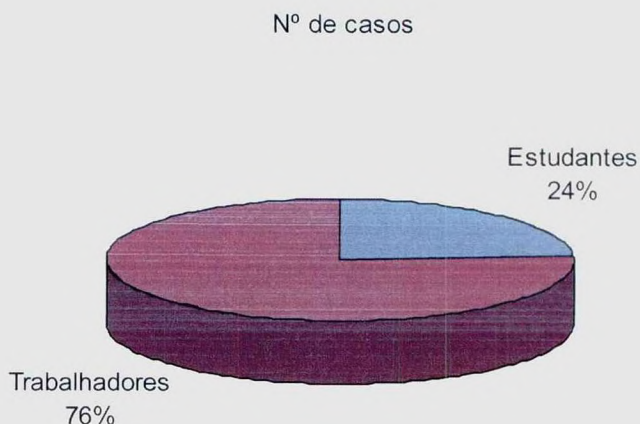


Gráfico 6: Distribuição dos reeducandos segundo a condição da atividade

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Constatou-se que os reeducandos desenvolvem atividades laborais das mais variadas, trabalhando como: padeiro, vigilante, pedreiro, garçom, jardineiro e pintor, adestradores de cães, comerciante, jornalista, advogado, auxiliar de serviços gerais, motorista, musicista/shows, do lar, promotor de eventos, eventos (som e iluminação). É interessante destacar que 3 reeducandos possuem seu próprio comércio e que nenhum dos 25 reeducandos entrevistados encontrava-se desempregado. A maior parte dos reeducandos (12) que trabalha, possui atividade estável, ou seja, tem seus direitos trabalhistas assegurados através do registro em sua carteira de trabalho; já 7 reeducandos trabalham informalmente, não tendo seus direitos de trabalhador assegurados.

Quanto às responsabilidades, que do ponto de vista econômico assumem os reeducandos, destaca-se: a maioria dos reeducandos que estudam, 5 dependem economicamente de suas famílias; apenas 1 assume parcialmente o seu sustento, realizando trabalhos informais, como o de informática, por exemplo.

Constatou-se que entre os reeducandos que trabalham, 15 se auto-sustentam e, dentre eles, 6 reeducandos são chefes de família, ou seja, são responsáveis pelo sustento de suas famílias. Porém, 4 reeducandos assumem seu sustento de forma parcial, tendo o auxílio de familiares.

Esses dados podem ser melhor visualizados no próximo gráfico.

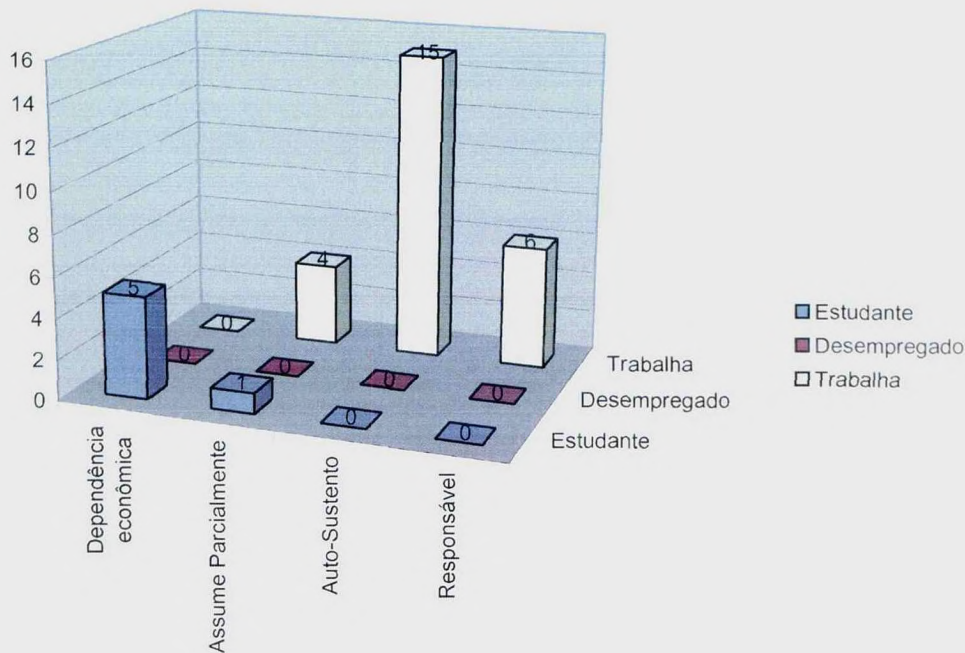


Gráfico 7: Autonomia e/ou dependência dos reeducandos
Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

3.1.3.2 *Escolaridade*

Do ponto de vista da escolaridade, pôde-se constatar que a média de escolaridade é relativamente alta, pois 9 reeducandos possuem Ensino superior incompleto, correspondendo a 36%, e 2 possuem Ensino Superior Completo (8%), seguidos de 6 reeducandos que possuem Ensino Médio Incompleto (24%); 4 reeducandos tem Ensino Médio Completo (16%); 1 reeducando tem Ensino Fundamental Completo (4%) e 3 reeducandos revelam Ensino Fundamental Incompleto, correspondendo a 12%.

Pode-se visualizar essa realidade através do Gráfico 8, a seguir:

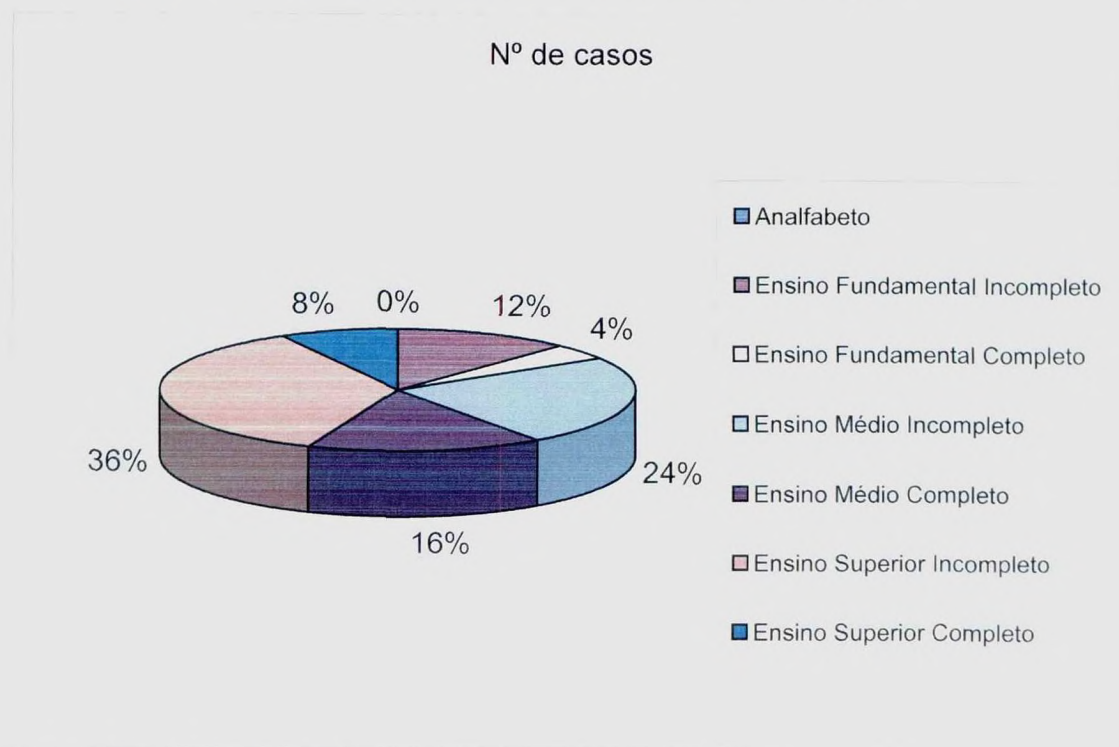


Gráfico 8: Escolaridade

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Evidentemente trata-se de um perfil diferente daquele que caracteriza a população carcerária. De acordo com Oliveira (2003), a proporção de indivíduos com 1º grau incompleto é de 84,50% entre os detentos do sistema prisional de Florianópolis, Curitiba e Chapecó.

Na pesquisa realizada por Polmann (1998), sobre o perfil dos prestadores de serviços à comunidade na Vara de Execuções Penais (Fórum Central), destaca-se o perfil de baixa escolaridade, já que “constatou-se que a maioria dos prestadores tem o 1º Grau Incompleto e os demais são, 1º Grau Completo, IIº Grau Completo e IIIº Grau Incompleto. Percebe-se com isso que o Grau Escolar da maioria dos prestadores é pequeno.” (POLMANN, 1998, p.56).

Nesta pesquisa, constatou-se que a maior parte dos reeducandos entrevistados possuem um nível de escolaridade superior, se comparado aos dados das pesquisas apresentadas, talvez pelo fato de a maioria ser de classe média. Porém deixa-se como sugestão para futuros trabalhos a pesquisa sobre esse dado.

Através do gráfico 9, é possível se visualizar os reflexos da escolaridade, ao se perceber que os reeducandos que possuem um nível de escolaridade mais baixo exercem atividades braçais, tais como: pedreiro, auxiliar de serviços gerais etc. e que quanto maior o

grau de escolaridade do reeducando, esse desenvolve atividades intelectuais, tais como: promoção de eventos, advocacia, jornalismo etc.

Distribuição dos reeducandos, segundo grau de escolaridade, por natureza da atividade laboral exercida.

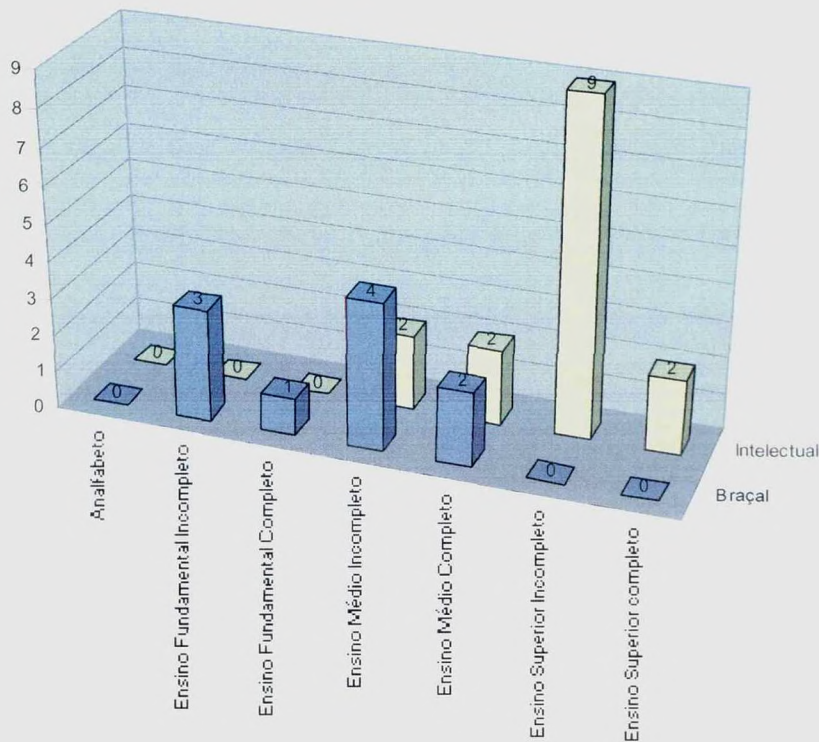


Gráfico 9: Relação escolaridade/trabalho

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

3.1.4 *Contravenção Penal e a Aplicação da Medida*

Também se analisou, nesta pesquisa, os tipos de delitos cometidos pelos reeducandos e a Medida aplicada pelo Promotor de Justiça; o cumprimento da Medida por parte do reeducando e a Instituição encaminhada para a realização da prestação de serviços.

De acordo com o gráfico 10, verificou-se que a maioria dos delitos cometidos estão relacionados ao porte de drogas, 11 delitos, correspondendo a 44% dos delitos cometidos; mais especificamente o porte de maconha 9 casos (36%), e de cocaína, com 2 casos (8%),

seguido de desacato à autoridade policial, com 4 delitos (16%); briga com familiares, 3 delitos (12%); agressão física a terceiros, 2 delitos (8%); ataque cometido por cães, sendo o reeducando o responsável pelo animal (2 delitos, correspondendo a 8%); briga no trânsito, com agressão física, apontando 2 delitos, correspondendo a 8%, e 1 caso de construção em área de preservação ambiental, correspondendo a 4% dos delitos cometidos.

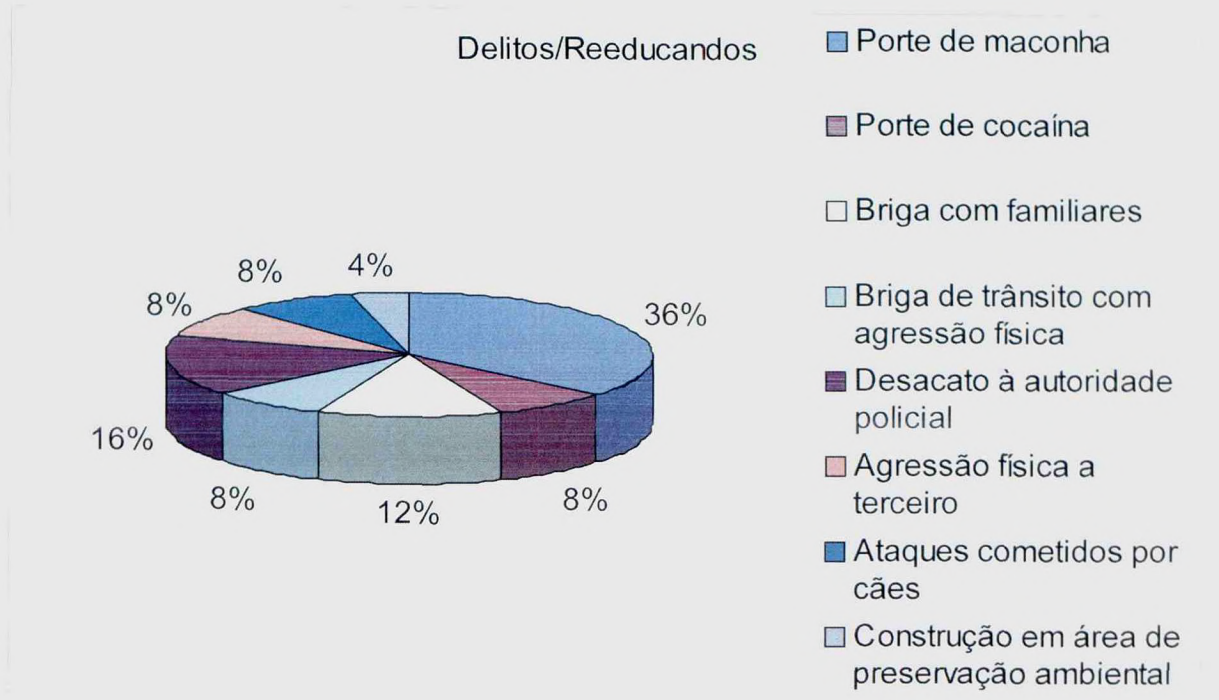


Gráfico 10: Delitos/Reeducandos
Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Pode-se verificar o número de reeducandos, segundo tipo de Medida Aplicada, através do gráfico 11.

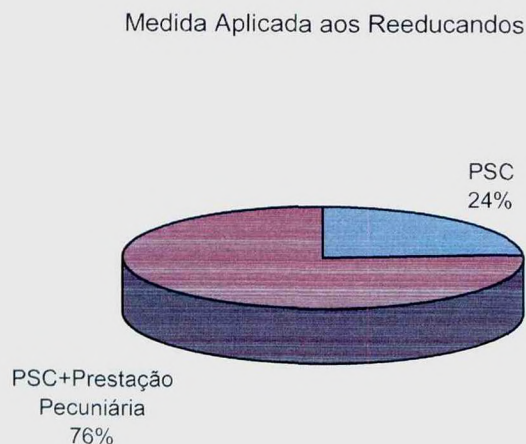


Gráfico 11: Medida aplicada aos Reeducandos

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Constatou-se que na maioria dos casos, a Medida de PSC – Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas – foi aplicada de maneira combinada com a Prestação Pecuniária, isso ocorrendo com 19 reeducandos. Tal medida se deve ao fato de o Promotor ou Juiz considerar o delito cometido de maior gravidade, não cabendo apenas a aplicação da pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade, como nos casos que envolveram agressão física e porte de drogas, sendo essa uma forma de fazer o reeducando conscientizar-se mais rapidamente do delito que cometeu, assim como de suas conseqüências.

Seguindo a análise dos dados, o tempo da Medida aplicada pelo promotor de Justiça e homologado pelo juiz variou de 2 meses até 4 meses. A alternativa mais freqüente foi a prestação de serviços à comunidade por um período de 2 meses, aplicada a 15 dos 25 casos (60%); já 7 reeducandos (28%) tiveram que cumprir 3 meses e 3 reeducandos (12%) 4 meses.

Período da Medida Aplicada aos Reeducandos

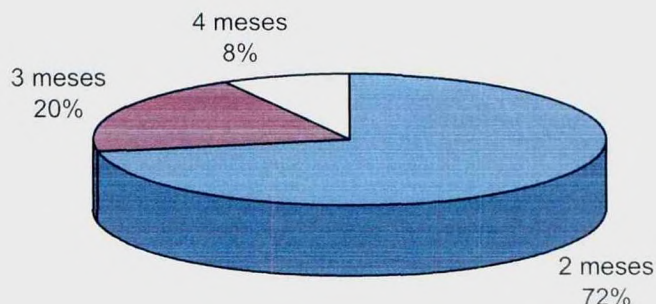


Gráfico 12: Período da Medida aplicada aos Reeducandos

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Todos os 25 reeducandos entrevistados cumpriram a Medida aplicada em audiência de transação penal, quando foram advertidos da importância da mesma e de suas consequências, caso não respeitada. Segundo relato da Assistente Social Ana Maria Mafra Dal Bó, no período de Estágio Curricular Obrigatório, a grande maioria dos reeducandos (uma média de 85%), cumpre a pena alternativa de forma satisfatória, ou seja, integralmente, e realizaram um ótimo trabalho nas instituições para onde foram encaminhados; também retornam mais conscientes dos delitos que cometeram e das reais consequências dos mesmos, além de fazerem um trabalho de reflexão sobre a experiência vivenciada, assim como sobre suas vidas.

Na pesquisa de Polmann, constatou-se que “a maioria das pessoas que receberam a medida de PSC conscientizaram-se da importância da mesma, e as consequências do não cumprimento, cumprindo-a rigorosamente.” (POLMANN, 1998, p.68).

3.1.5 Encaminhamento às Instituições

Após a audiência de transação penal, conduzida pelo Promotor de Justiça e homologada pelo juiz, o reeducando/autor do fato, tido como contrário à lei, é encaminhado ao setor de Serviço Social para a realização da entrevista, para posteriormente ser encaminhado à instituição que mais se adapte ao seu perfil, ou seja, conforme suas aptidões/habilidades, para o cumprimento da pena alternativa.

Distribuição dos reeducandos por tipo de instituição na aplicação da Medida, conforme Gráfico 13:

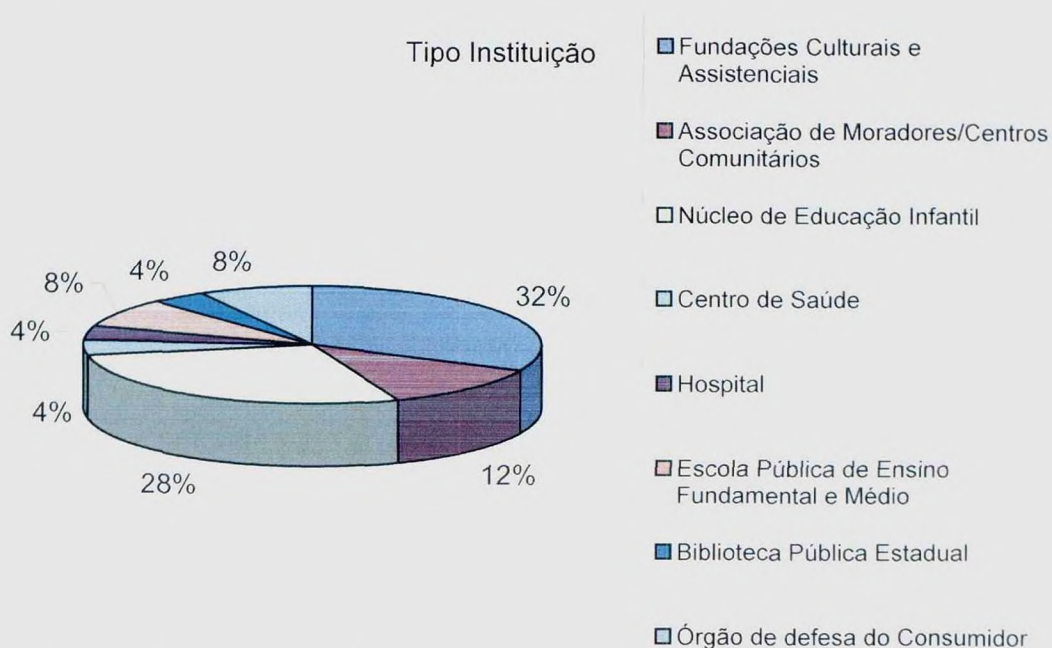


Gráfico 13: Tipo de instituição

Fonte: Cadastro de Entrevista do Reeducando - Fórum do Norte da Ilha, Florianópolis/2005.

Os reeducandos foram encaminhados para instituições que mais condiziam com seu perfil; 8 reeducandos foram para instituições com fortes características assistenciais (32%), seguido de Núcleos de Educação Infantil, com 7 reeducandos (28%) e Comunitárias, com 3 reeducandos (12%); em menor número, foram para Centros de Saúde, com 1 (um) reeducando (4%), Hospitais, com 1 (um) reeducando (4%), Bibliotecas Públicas, com 1 (um) reeducando (4%), Órgão de Defesa do Consumidor, com 2 reeducandos (8%) e Escola Pública de Ensino Fundamental e Médio, com 2 reeducandos, correspondendo a 8% do total de reeducandos.

Também é realizado convênio com instituições junto ao Fórum do Norte da Ilha, sendo que o profissional responsável pela realização dos mesmos é o Assistente Social do respectivo Fórum. Esse comparece às instituições e apresenta o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, fornecendo todas as informações necessárias a respeito do mesmo, assim como, tirando as dúvidas que surgem. Deve-se ressaltar que é deixado bem claro, que o reeducando não pode sofrer nenhum tipo de discriminação. As instituições que poderão vir a ser conveniadas ao Fórum do Norte da Ilha são analisadas pelo Assistente Social, ou seja, são aquelas instituições que realmente necessitam de auxílio e que tenham uma estrutura básica necessária para receber o reeducando.

Assim que firmado o convênio, já é disponibilizada pela instituição uma pessoa que fará a orientação necessária e supervisão do reeducando e, também, será o responsável pelo preenchimento da documentação do Programa, como as Avaliações, Fichas de Frequência, entre outros.

As instituições que receberam maior número de reeducandos foram as Fundações Culturais e Assistenciais, como a Irmandade do Divino Espírito Santo; Associação Evangélica de Assistência Social (AEBAS); Legião da Boa Vontade (LBV); Orionópolis Catarinense e Associação Irmão Joaquim.

3.2 Análise das Entrevistas

Nesta segunda etapa abordar-se-ão as entrevistas de Avaliação Final, realizadas com 25 reeducandos que cumpriram a pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade, ou seja, que participaram do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. Tinha-se como objetivo saber dos reeducandos qual a opinião deles em relação ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade; o que aprenderam com tudo que vivenciaram, desde o momento que cometeram o delito, até o final do cumprimento da pena alternativa; e como foi a relação deles com a instituição e comunidade onde prestaram o serviço. Os mesmos nos relataram verbalmente e registraram (manuscrito), respondendo essas questões, na última avaliação do Programa que participaram.

A respeito do aprendizado com toda a experiência que vivenciaram desde o delito até o cumprimento da pena alternativa, as respostas foram bem variadas, porém totalmente satisfatória em relação à pena alternativa de prestação de serviços à comunidade. Muitos relataram ter aprendido a ser mais responsáveis pelos seus atos. Vejam-se alguns relatos:

“Aprendi a refletir melhor, antes de tomar qualquer atitude.” (A.M)

“Aprendi que tenho que ter mais responsabilidade com aquilo que faço.” (F.L.F)

“Aprendi o peso real das conseqüências de atos que aparentavam ser inofensivos, principalmente a mim mesmo.” (U.A.O)

Muitos reeducandos demonstraram, nos relatos, terem feito um trabalho de reflexão em relação às suas vidas, reavaliando valores e conceitos. Vejamos alguns relatos:

“Aprendi a reavaliar meus conceitos e ‘abrir’ minha mente, me dedicando melhor ao meu trabalho e família.” (U.A.O)

“Aprendi a fazer o contrário, não me envolver no mundo da droga e da criminalidade. Saí da ociosidade e voltei a estudar Administração na faculdade Estácio de Sá.” (D.R.B)

Outros reeducandos demonstraram revolta em relação à atuação de policiais. Vejamos relatos:

“Aprendi que a polícia é medíocre e mal capacitada. O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade é importante para que pessoas de bem, trabalhadoras e cidadãs, como eu, não peguem penas pesadas, sob falsas acusações de policiais corruptos e incompetentes.” (D.O)

“Aprendi a não me meter em confusão! Abuso de autoridade por parte do policial que bateu no meu amigo; fiquei nervoso e reagi, então consideraram desacato à autoridade.” (G.V.R)

Alguns reeducandos relataram a importância de manter o auto-controle e o diálogo, no convívio em sociedade. Vejam-se os relatos:

“Aprendi que tem horas que tem que manter o controle; para evitar confusões.” (J.R.P.O)

“Aprendi que temos que conviver melhor com as pessoas; mais paciência e diálogo.” (A.D.S)

“Aprendi a ter responsabilidade e auto-controle; a administrar recursos financeiros, além de fazer amizades.”(J.E.Q.B)

Já outros reeducandos demonstraram satisfação em ajudar as pessoas. Observe-se alguns relatos:

“É uma lição de vida, trabalhar num lugar que precisa de escuta, ajuda, pois se encontram muito debilitadas.” (C.A.C)

“Foi um susto que não quero passar novamente! É bom ajudar as pessoas que realmente precisam.” (T.F.A)

Alguns reeducandos se sentiram injustiçados, assim depondo:

“Foi uma lição de vida, apesar de ter sido acusada injustamente!” (M.G.V)

“Aprendi que vivemos num país hipócrita, onde o governo não dá o respaldo necessário!” (P.R.M.L)

A segunda questão desenvolvida neste trabalho foi a respeito da opinião dos Reeducandos com relação ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e quais resultados este trouxe para suas vidas.

Os relatos dos reeducandos foram totalmente favoráveis ao respectivo Programa; nele ressaltaram a importância do trabalho e estudo para os mesmos, de prestar serviços voluntários e da satisfação em ajudar as pessoas.

Sobre a importância do trabalho e estudo em suas vidas:

“Gostei de poder ajudar as pessoas e pagar pelos meus erros dessa forma. Quero voltar a estudar e vou fazer serviços voluntários lá na instituição.” (F.F.L)

“É bom para os dois lados, a instituição que é beneficiada e a gente como forma de pagar o delito que cometeu. Voltarei a estudar.” (F.L.F)

“Aprendi a dar importância ao meu tempo e achei o Programa muito válido. Voltei a estudar e trabalhar.” (D.R.B)

Sobre a satisfação em ajudar as pessoas e prestar serviços voluntários nas instituições:

“Gostei muito de pagar o meu delito desta forma; fiz novas amizades e cresci como ser humano. Pretendo prestar serviços voluntários lá.” (T.F.A)

“Achei o Programa muito válido; precisava de um susto, mudei o pensamento em relação à vida. Prestei serviços num asilo; ficou como lição de vida.” (P.R.M.L)

“Acho que as pessoas deviam conhecer profundamente essas instituições e vou continuar a fazer trabalho voluntário lá, dando continuidade ao que vinha fazendo, assistência aos idosos.” (C.A.C)

“Achei o Programa muito bom, aprendi a ser mais solidário. Fiz doações e pretendo ajudar com serviços voluntários.” (A.M)

Avaliação dos Reeducandos em relação às Instituições onde prestaram serviços.

A maioria dos reeducandos relatou que a relação com as instituições onde cumpriram a pena alternativa de prestação de serviços à comunidade foi boa, ou seja, foram bem tratados pelos funcionários da instituição e comunidade em geral, sem ocorrer qualquer tipo de discriminação. Foram bem orientados e supervisionados pela pessoa que ficou responsável por isso na instituição, mantendo um relacionamento satisfatório com essa. Constataram que o trabalho que realizaram junto à instituição foi reconhecido tanto pelos funcionários da mesma, quanto pela comunidade, e, ao mesmo tempo, fazendo-os se sentirem úteis para aquela instituição. Também relataram que foram bem acolhidos na instituição e motivados para a realização das tarefas; não se sentindo obrigados ao cumprimento das mesmas.

No item 8 da Avaliação Final, relacionado a comentários e sugestões, verificou-se que todos os reeducandos, deixaram aquele campo em branco e, quando questionados o porquê desta atitude, relataram que não tinham reclamações a fazer, considerando o Programa muito bom. Com isso, constatamos que a maioria dos reeducandos gostou da maneira como a pena alternativa de prestação de serviços à comunidade foi realizada e conduzida, pois não apresentaram quaisquer críticas ou sugestões.

3.2.1 Avaliação das entrevistas realizadas junto aos Reeducandos

A pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade oportuniza ao reeducando cumpri-la fora da prisão, mantendo a sua jornada de trabalho com apoio da família e da comunidade. Também oportuniza o convívio com as instituições da sociedade, sem afastá-lo do meio em que vive, possibilitando, ainda, considerar o indivíduo pela valorização de suas potencialidades, aptidões e habilidades de maneira educativa.

Concorda-se com Krainski (2001) quando este afirma que a sociedade não pode ficar à margem desse processo de operacionalização das penas e medidas alternativas, pois ela se torna parte integrante desse processo, tendo em vista sua parcela de contribuição para a eficácia e efetividade da pena.

Entende-se que a Prestação de Serviços à Comunidade é uma alternativa que oportuniza o desenvolvimento e ampliação das trocas sociais entre indivíduo e comunidade, de forma que, nesse processo, a pessoa em conflito com a Lei se torne sujeito consciente de seus direitos e deveres, reafirmados a partir da convivência com todas as pessoas que fazem parte da instituição receptora.

Conforme Stumpf (2002), o ser humano, ao relacionar-se com outros seres humanos, cria-se a si mesmo, numa relação determinada historicamente, e este ato de criar é impulsionado pela característica de todo ser humano de buscar mudanças.

Percebe-se, assim, que é no espaço das entidades públicas ou privadas, onde o reeducando está inserido para dar cumprimento a Prestação de Serviço à Comunidade, que se encontra o verdadeiro sentido da função educativa desta modalidade de pena alternativa, ocasião em que o reeducando encontrará possibilidades de proceder mudanças em sua realidade.

Conforme Cólman (2005), o caráter preventivo e educativo dessa modalidade de pena alternativa e o envolvimento comunitário, necessário para sua viabilização, transformam os Programas de Prestação de Serviços à Comunidade em um espaço privilegiado de atuação do Serviço Social, que contribui de maneira a possibilitar um espaço em que todos processem um movimento reflexivo sobre seus papéis.

Assim,

O engajamento reflexivo do prestador de serviço e a instituição geram um efeito multiplicador que alcança seus familiares, vizinhança e o próprio Serviço Social, ao manterem uma atitude aberta de aprendizado compartilhado. (STUMPF, 2002, p.149).

A convivência entre reeducandos do Programa e as instituições conveniadas, durante o cumprimento da pena alternativa tem proporcionado uma aprendizagem compartilhada, à medida que se torna presente nas avaliações realizadas junto a esses sujeitos sociais.

O Serviço Social, atuando no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, defende o cumprimento das penas e medidas sócio-educativas para a pessoa em conflito com a Lei e com a coletividade. O entendimento é que a implementação de penas alternativas, em especial a Prestação de Serviços à Comunidade pode atingir os objetivos que o sistema prisional não está sendo capaz de atender, trazendo a possibilidade de se construir esse sistema de maneira mais justa e efetiva. (STUMPF, 2002).

Através das entrevistas realizadas junto aos reeducandos do setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, são incontestáveis os benefícios trazidos com a aplicação da pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade; essa oportuniza aos reeducandos a realização de um trabalho reflexivo sobre suas vidas, seus valores e atitudes. Aprendem a importância de eles terem responsabilidades por seus atos, ou seja, que todo ato gera uma consequência. Conseguem verificar, de forma bem nítida, como há pessoas em situações bem piores que as suas e que, realmente, precisam de auxílio, fazendo-os enxergar a realidade da forma como ela realmente se apresenta. Muitos reeducandos aprenderam com a experiência que vivenciaram o verdadeiro valor do estudo e do trabalho em suas vidas, ao saírem da ociosidade. Também se conscientizam do valor imenso de suas famílias e aprendem a ser solidários, demonstrando isso através de seus relatos, quando afirmam quererem prestar serviços voluntários. Para muitos deles, tudo o que vivenciaram foi um verdadeiro “choque” de realidade, já que se sentiam perdidos, vivendo a vida de forma inconsequente. Já em relação às drogas, tal aprendizado também foi favorável, pois apesar da maioria não se considerar um dependente químico, perceberam o quanto ela é prejudicial e demonstraram interesse em mudar essa situação.

Enfim, são enormes os benefícios trazidos através da pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade, caso se quisesse comparar com a pena privativa de liberdade.

Constatou-se que o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade cumpre com o seu objetivo principal, qual seja o de proporcionar a reeducação e ressocialização da pessoa que cometeu um delito considerado de menor gravidade e que está em conflito com a Lei, tornando-se efetivo na prática, à medida que responde satisfatoriamente aos desafios impostos pela realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, somada à experiência vivenciada junto ao setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, possibilitou a apreensão do espaço do Judiciário como campo de atuação do Serviço Social; evidenciando limites e possibilidades que se apresentam no cotidiano do exercício profissional; como também possibilitou uma maior compreensão a respeito das Penas Alternativas e do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

As penas alternativas apresentam-se como uma maneira de punição e reeducação ao mesmo tempo. Dentre elas, destaca-se a Prestação de Serviços à Comunidade que representa um novo rumo à ressocialização, com relação aos delitos de menor potencial ofensivo. Trabalha o reeducando de forma que busque novos valores. A instituição, além de receber uma pessoa que prestará um serviço gratuito, cumpre o seu papel de co-responsável neste processo, aceitando o reeducando mesmo com o estigma que o cerca, contribuindo para a mudança na sua trajetória de exclusão e isolamento social. Assim, percebe-se que esta pena alternativa proporciona uma troca entre a comunidade e o reeducando. Por um lado, a instituição recebe uma pessoa que prestará serviços gratuitos, do outro o reeducando tem a oportunidade de cumprir sua pena em liberdade e fazer algo de útil às outras pessoas.

Essa pena alternativa utiliza o trabalho como meio de ressocialização, onde a pessoa sente-se valorizada, pois está fazendo algo de útil à comunidade; sendo um incentivo para que o mesmo trabalhe e perceba ser este o melhor caminho a seguir.

É importante ressaltar que a pena alternativa de prestação de serviços à comunidade se iguala a todos os reeducandos, não importando a condição social, a cor, o sexo, a escolaridade, entre outros, ou seja, todos são vistos e tratados da mesma maneira.

Com essa pena alternativa, o reeducando tem a chance de construir novos olhares para a sua vida, ou seja, transformar a sua realidade, no sentido de não cometer mais delitos.

Verificamos com a experiência vivenciada junto ao setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, que o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade cumpre com o seu papel ao qual se objetiva, ou seja, reeducar e ressocializar o cidadão que cometeu um delito considerado de menor potencial ofensivo.

O referido Programa se efetiva a partir do momento que soube dar respostas satisfatórias aos desafios impostos pela realidade.

Através dos relatos dos reeducandos, podemos constatar a transformação causada aos mesmos pelo Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, ou seja, os reeducandos passaram a refletir sobre suas vidas, atitudes, valores e se conscientizaram no sentido de querer transformar suas realidades. Muitos relataram que aprenderam que terão que assumir as consequências de seus próprios atos; do real valor de suas famílias; da satisfação em poder ajudar o próximo; da importância em saber aproveitar o tempo disponível que possuem; de querer voltar a estudar e trabalhar, entre outros. Todos os reeducandos, sem exceção, elogiaram o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade; pois aprenderam muito com tudo que vivenciaram e puderam transformar suas vidas.

A atuação do Serviço Social, desde o início de sua inserção como profissão tem se ampliado, superando posturas e práticas que marcaram esse começo da trajetória profissional, momento histórico/conjuntural em que se buscava o ajustamento e adaptação do indivíduo às normas da sociedade.

Desta forma, o Serviço Social, no âmbito do Judiciário, como em outras áreas de atuação profissional, se empenhou em romper com essa forma “tradicional” de intervenção, passando a compreender o sujeito inserido no contexto social mais amplo.

Assim, a categoria profissional partilha do entendimento que o assistente social exerce papel fundamental e decisivo na garantia de direitos de sua população usuária e, a partir disso, considera a necessidade e a importância de marcar e legitimar espaços profissionais. Na organização judiciária, o Serviço Social vive hoje essa realidade, onde se percebe a ampliação desse espaço profissional, em consequência da expansão do campo de trabalho, à medida que novas demandas vão surgindo, exigindo um profissional qualificado, inteligente, habilidoso, criativo, ou seja, um profissional competente.

Assim sendo, podemos afirmar que as demandas que são colocadas ao Serviço Social, são manifestações de expressões da questão social, seu objeto de trabalho, que tem sido delimitado, em virtude das conjunturas e transformações societárias.

As expressões da questão social chegam ao âmbito do Judiciário, por se tratar de um espaço onde se objetiva dirimir conflitos, sejam pessoais, familiares ou sociais; onde passam a ser discutidas questões consideradas antes do âmbito privado.

A política das penas alternativas surgiu no Judiciário, quando a pena privativa de liberdade, por muito tempo adotada como forma de responder e dominar determinadas expressões da questão social, não vem cumprindo a função a que se destinou, ou seja, reintegrar o cidadão à sociedade, como cidadão de direitos e deveres.

O Serviço Social, inserido no espaço Judiciário, possui uma atuação profissional recente, ao lidar com as penas alternativas e com a área de execução penal. Porém, tem demonstrado que a profissão encontrou um importante campo de intervenção; mostrando aos seus usuários que são cidadãos de direitos e deveres.

O assistente social, na condição de profissional operacionalizador da pena alternativa de prestação de serviços à comunidade, assume essa posição que acabamos de destacar.

Pode-se verificar a importância da intervenção realizada pelo profissional de Serviço Social, por meio das ações sócio-educativas, no contexto da operacionalização de modalidades de penas alternativas, em especial, à pena alternativa de prestação de serviços à comunidade. Evidenciamos a necessidade de continuidade ao desenvolvimento desse exercício profissional identificando e priorizando as necessidades dos usuários, com a finalidade de possibilitar aos mesmos o acesso aos direitos na conquista e ampliação da cidadania.

É importante ressaltar, que para se alcançar o êxito dessas modalidades de programas, sob o olhar do usuário, é necessário ampliar a discussão sobre esse processo sócio-educativo, permitindo aos demais profissionais do Direito, que atuam, direta e indiretamente, na operacionalização da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, a possibilidade de assumir, firmemente, o entendimento e o compromisso de compartilhar dessa função educativa, que tem orientado as ações profissionais do Serviço Social.

Considerando-se que a maioria das infrações penais esteja ligada ao uso de substâncias psicoativas, uma preocupação dos profissionais de Serviço Social, no momento, é oportunizar aos sujeitos do Programa, sejam eles usuários e/ou dependentes de drogas, um atendimento diferenciado, ou seja, a possibilidade de tratamento e acompanhamento adequado junto às instituições que ofereçam estes serviços.

Essa demanda chega ao Fórum como infração penal, porém, temos conhecimento que a questão do uso de drogas trata-se de um problema de saúde pública, com o qual a sociedade vem convivendo atualmente. Assim sendo, diz respeito a toda a sociedade e, por essa razão, exige, principalmente, uma intervenção mais atenta e responsável por parte do Estado, através de seus órgãos competentes.

No cotidiano da intervenção profissional, realizada no Programa, o assistente social se depara com essa questão que, por sua vez, requer a ampliação do atendimento, tendo em vista, que deixa de ser um problema individual e passa a ser entendido pelo conjunto dos usuários. Nesse contexto, o Serviço Social, por meio do planejamento, pode estar trabalhando

na perspectiva da intersetorialidade, visualizando caminhos que permitem a articulação entre as instâncias, que se encontram na esfera do macro e micro, neste caso, entre o Estado, através da Prefeitura do Município e o Poder Judiciário, representado pelo Fórum.

Em relação a esta questão, seria oportuno, também, através do estabelecimento de parcerias com unidades de ensino, realizar ciclos de palestras sobre temas geradores de reflexão, envolvendo discussões sobre drogas, violência, cidadania, direitos, dentre outros, que sejam de interesse dos usuários do Programa. Esta possibilidade estaria reforçando o momento reflexivo, realizado pelo profissional de Serviço Social durante o tempo de cumprimento da Medida, trabalhando, também, na perspectiva da prevenção e, através do devido registro de presença nos encontros, os usuários do Programa poderiam estar somando às atividades de prestação de serviço.

Apesar do devido reconhecimento das ações desenvolvidas pelo assistente social, a profissão presencia uma problemática, pois, ao mesmo tempo em que se passa a exigir deste profissional, não se nota a contratação de outros profissionais que venham somar a equipe do Serviço Social.

Assim, é de fundamental importância, a incorporação de profissionais na equipe de Serviço Social, tendo em vista a sobrecarga de trabalho a que estão submetidos os assistentes sociais que se encontram atuando no Setor, onde a realidade cotidiana do serviço apresenta uma intensa gama de atividades.

Também se verificou a necessidade e importância da contratação de psicólogos, para realizarem um trabalho conjunto com os assistentes sociais, principalmente no atendimento dos plantões sociais, na realização de mediações e com os reeducandos.

Apesar das dificuldades encontradas durante o exercício profissional cotidiano, o Serviço Social busca transpor os obstáculos existentes, na tentativa de tornar possível o trabalho, e procura desenvolvê-lo de forma educativa e com qualidade, com vistas à inclusão social, através do acesso efetivo aos direitos de seus usuários.

Sugerimos, para melhor operacionalização do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, a inclusão de duas questões abertas, já anteriormente mencionadas, na Avaliação Final que é realizada com os reeducandos; a respeito da opinião dos reeducandos sobre o referido Programa e qual o aprendizado com toda a experiência vivenciada.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Jason. **Das penas e da execução penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

ALVARENGA, Elizabeth. et al. Acompanhamento psicossocial de Penas e Medidas Alternativas: a experiência da CEPAES. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2004. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004, p. 1-7. CD-ROM.

ÁVILA, Eliedite Mattos. O assistente social judiciário e a mediação familiar. In: **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**: construindo indicativos, organização da Assessoria Psicossocial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

BATOCHIO, José R. Formas alternativas de pena criminal. **Revista dos Tribunais**, Rio de Janeiro, v. 733, p. 446-451, 1996.

BENTO, Andréa. **Serviço Social e Processo de Trabalho nas Varas da Família do Fórum de Florianópolis**. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 670, p.241-253, 1993.

_____. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de prisão**. 3. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

BRASIL. **Código Penal**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. CENAPA. Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Justiça, Central Nacional de Justiça, Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, 2002.

BRUYNE, P.; HERMEN, J.; SCHOUTHEETEM, M. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CHUAIRI, Silvia Helena. Assistência jurídica e serviço social: reflexos interdisciplinares. **Revista e Serviço & Sociedade**, São Paulo, n. 67, p.124-144, 2001.

CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL. Florianópolis: CRESS 12. Região, 2000.

COLMÁN, Sílvia A. **A contribuição do Serviço Social para a aplicação das penas alternativas**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uesl.br/c_v4n1penas.htm>. Acesso em: 28 set. 2006.

COSTA JR, Paulo José da. **Curso de Direito Penal** - parte geral. 2. ed. aumentada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 1992.

COSTENARO, Denise; VOGEL, Viviane. **O Exercício da Prática Profissional** – Dilemas e Perspectivas do Serviço Social na Área Jurídica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – UFSC/CSE/DSS, Florianópolis, 1997.

DAL-BÓ, A. M. M; GUAREZI, C; MENDES, C. **Proposta de implantação do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha**. Florianópolis: [s.n], 2004.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **A polícia das famílias**. Tradução de M.T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FÁVERO, Eunice T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CEFESS (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 9-51.

_____. **Serviço Social, Práticas Judiciárias, Poder: a trajetória do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo**. São Paulo: Veras, 1999.

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. **História do Judiciário Catarinense**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

FERREIRA, Gilberto. A prestação de serviços à comunidade como pena alternativa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 1989.

FERREIRA, Haroldo; BARIANI, Jaqueline M. de O. A Justiça Criminal Consensual e as atividades de Polícia Judiciária. In: FERREIRA, Haroldo (Coord.). Arquivos da Polícia Civil. **Revista tecno-científica**. São Paulo, vol. 48, n. 1, p. 161-185, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução Raquel Ramallete, 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FUZIWARA, Áurea S. Ensaio-Reflexão: Aos olhos da Justiça – Serviço Social Judiciário na Comarca de Osasco: Interdisciplinaridade, Direitos e Inclusão Social. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001, p. 1-5. CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. _____. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRINOVER, Alda P. **O processo civil contemporâneo**. In: MARIONI, Luiz G. (Org.). Curitiba: Juará, 1994.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 67, p. 38-52, set. 2001.

História do Poder Judiciário em Santa Catarina. Disponível em: <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/museu/historico.htm>. Acesso em: 19 out. 2006.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo, Cortez, 2001.

KRAINSKI, Luiza B. A prática do Serviço Social na área Jurídico-Social: uma reflexão sobre a experiência no Programa Pró-Egresso. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001. p. 1-5. 1 CD-ROM.

LIMA, Flávio A. Penas e Medidas Alternativas: avanço ou retrocesso? In: **A Violência do Cotidiano**, São Paulo, Ano II, n. 1, 2001.

LIMA, Telma C. S. **A intervenção profissional do serviço social no contexto da cidadania e dos direitos**: pensando as ações sócio-educativas. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

MARTINELLI, Rosana. As (res)significações da cidadania e da democracia em face da globalização. **Katalysis**, Florianópolis, n. 5, p. 11-22, jul/dez, 2001.

MINUCHIM, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIM, Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MIOTO, Regina C.T. Perícia social: proposta de um percurso operativo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 67, p. 145-158, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Assistência Social**: do discurso do Estado à prática do Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 1989.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão**: um paradoxo social. Florianópolis: UFSC, 2003.

_____. _____. Florianópolis. UFSC, 1996.

PINTO, Alessandro Nepomoceno. **A pena de Prestação de Serviços à Comunidade em Florianópolis**. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas. Departamento de Direito Processual e Prática Forense. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

PIZZOL, Alcebir D. **A prática do Estudo Social e da Perícia Social no Judiciário Catarinense junto aos Procedimentos da Infância e da Juventude**. Florianópolis: Gráfica do TJSC, 2003.

PIZZOL, Alcebir D; SILVA, Simone R. M. Área de atuação: Infância e Juventude. In: Assessoria Psicossocial (Org.). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001a, p. 55-100.

_____. O Serviço Social e sua Prática. In: Assessoria Psicossocial (Org.). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001b, p. 19-24.

POLMANN, Adriana Aparecida. **Pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade: uma opção ao sistema judiciário**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Horácio Vanderlei. **Acesso à justiça no direito processual brasileiro**. São Paulo: Acadêmica, 1994.

SANTA CATARINA (Estado). Provimento nº 10/92. Estabelece as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade para a execução desta pena restritiva de direito, em cumprimento do art. 46 do Código Penal.

SHECAIRA, Sérgio S. **Prestação de Serviços à Comunidade: alternativa à pena privativa de liberdade**. São Paulo: Saraiva, 1993.

SILVA, Simone R.M. Plantão de atendimento as demandas sócio-jurídicas. In: Assessoria Psicossocial (Org.). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001, p. 24-32.

SIQUEIRA, Jailson R. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 67, p. 53-74, 2001.

STUMPF, Maria I. O. Penas alternativas: rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 72, p.145-159, 2002.

SUSSEKIND, Elisabeth. A Municipalização Política da Criminalidade. Suplemento **Ciência Hoje**, v. 28, 1987.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

TRIBUNAL de Justiça do Estado de Goiás: **Cartilha dos juizados especiais criminais**. Disponível em: <<http://www.tj.go.gov.br/juizado/paginajuizado.htm>>. Acesso em: 29 set. 2006.

VERONESE, J. R. P; QUANDT, G. de O; OLIVEIRA, L. de C. P. O ato infracional e a aplicação das medidas sócio-educativas: algumas considerações pedagógicas. In: VERONESE, J. R. P; SOUZA, M. P; MIOTO, R. C. T. (Org.) **Infância e Adolescência**: O conflito com a Lei: algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001, p.34-90.

ANEXO A – Proposta para Implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha

Proposta para Implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha

Projeto de Intervenção de Estágio Supervisionado

Assistente Social: Ana Maria Mafra Dal-Bó

Estagiárias: Cheilla Mendes - Cláudia Guarezi

Florianópolis, fevereiro de 2004.

I - Identificação da Instituição

Nome da Instituição: Fórum do Norte da Ilha

Nome do responsável pela Instituição: Diretor do Foro - Dr. Henry Petry Junior

Âmbito de atuação: Região norte da ilha

II - Introdução

As mudanças ocorridas na sociedade exigiram cada vez mais atenção aos interesses coletivos, em confronto com aqueles meramente individuais. Os conflitos sociais ganharam nova dimensão, reclamando novos conhecimentos, com soluções mais efetivas e um processo mais ágil e eficaz na defesa de direitos fundamentais ao homem.

Miriam Rôsy Andrade de Moura, Assistente Social da Comarca de Franca/SP, estudou e pesquisou a pena de prisão (privativa de liberdade) e concluiu que é desumana, não ressocializa e tampouco reeduca o apenado. Eis o que diz essa autora em seu estudo *Pena Alternativa, Serviço Social e Trabalho*:

“A Pena de Prestação de Serviços à Comunidade é uma pena dentre as restritivas de direito e uma alternativa à privativa de liberdade, considerando a Lei 9.714 de 25/11/1998. É executada através do trabalho com vistas a extirpar o estigma de condenado e marginal ao reeducando, com o objetivo de não só dar-lhe condições de que o mesmo possa ressarcir à comunidade lesada com o cometimento do delito, mas que, ao cumprir a sua pena através do trabalho, participe do processo educativo, interagindo-se com a comunidade, exercendo atividade compatível com sua aptidão. Neste sentido, é uma pena que apresenta melhores resultados quanto a dignificar o reeducando, enquanto cidadão e permitir-lhe reflexão sobre seus atos. (Ibid, p.89) “

Segundo o art. 46 do Código Penal, a Prestação de Serviços à Comunidade é um tipo de pena restritiva de direito, que consiste em atribuir ao apenado a prestação de serviços gratuitos à comunidade ou à entidades públicas ou privadas de caráter assistencial.

Em Santa Catarina, tal serviço vem se desenvolvendo de forma acanhada, apesar de haver sido criado em 1984. A atuação ampliou-se com o Provimento nº 10/92 (ANEXO 1), da Corregedoria Geral de Justiça, que estabeleceu as bases do Programa em todas as comarcas.

A inexistência de um trabalho estruturado na área criminal no Fórum do Norte da Ilha e a freqüente necessidade de atendimento e encaminhamento dessa demanda específica que são os prestadores de serviços à comunidade, ensejou um Projeto que viesse ao encontro dessa exigência e do desejo dos que integram o setor de Serviço Social (assistente social e estagiárias). O objetivo é ampliar o trabalho do setor e organizar o serviço que a Instituição necessita.

III - Contextualização da Instituição e do Setor de Serviço Social

O Fórum do Norte da Ilha foi instalado em 30 de julho de 1993 em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, sendo que suas instalações e seus serviços iniciaram dentro da própria Universidade.

O Foro do Norte da Ilha foi criado através da Lei Complementar n.º 181, de 21 de setembro de 1999. Atualmente tem sede própria à Avenida Desembargador Vitor Lima, n.º 183, fundos, bairro Serrinha, integrado à Universidade Federal de Santa Catarina. É o terceiro da comarca da Capital e é mantido, financeira e administrativamente pelo Tribunal de Justiça do Estado. Possui atualmente duas Varas, a saber: Vara Cível e de Família e Vara de Sucessões e Registros Públicos. Além destas, funcionam dois Juizados Especiais: criminal e cível.

O Foro do Norte da Ilha possui competência para distribuir, processar e julgar as causas de família, cíveis e criminais de menor complexidade, bem como as da Vara de Sucessões e de Registros Públicos. As causas de família e cíveis são aforados pelo Estágio do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Setor de Serviço Social Judiciário teve início em fevereiro de 2003, com a finalidade de assessorar os Juizes de Direito na identificação e verificação das questões sócio-cultural, econômico e familiar.

Uma das principais atribuições do Serviço Social na Instituição é dar cumprimento às determinações judiciais para a realização de perícia social ou estudo social nos

processos, cujo laudo ou parecer técnico tem por objetivo colaborar nas decisões do julgador da causa.

O Assistente Social intervém diretamente com as partes que integram o processo, analisando as relações que estas estabelecem entre si, procurando conhecê-las e analisá-las, visando a melhor agilização e solução sócio-jurídica.

Atua também nos serviços do plantão social, prestando atendimento às demandas sociojurídicas, com encaminhamentos e orientações àqueles que vêm em busca de seus direitos. Nesse serviço, assim como no processo, quando a situação permite, o profissional de Serviço Social se utiliza da Mediação Familiar, técnica de intervenção para melhor resolução dos conflitos.

O Serviço Social pretende, na área criminal, atender uma demanda específica, cuja pena aplicada é a prestação de serviços à comunidade, encaminhando e acompanhando a Medida, como forma de contribuir com o apenado, com a sociedade e a própria Justiça.

IV -Justificativa

As chamadas penas alternativas e dentre elas, as restritivas de direito, foram incluídas no sistema legal brasileiro, com expressa intenção de funcionarem como substitutivos penais para as penas privativas de liberdade, conforme art. 43 do Código Penal, que assim dispõe:

As penas restritivas de direito são:

- I - prestação pecuniária;
- II - perda de bens e valores;
- III - (VETADO);
- IV - prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas;
- V - interdição temporária de direitos;
- VI - limitação de fim de semana;

Dentre tais alternativas, destaca-se a Prestação de Serviços à Comunidade, objeto deste Projeto, por se constituir numa modalidade de pena alternativa com benefícios recíprocos: serve ao apenado, pois considerando o cunho pedagógico da Medida, possibilita a reflexão sobre seus atos e, conseqüentemente, sua reintegração social e, às Entidades Sociais, por contar com mão-de-obra gratuita.

Relativamente nova, a Lei nº 9.099/95 cria e disciplina os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que são órgãos da Justiça Ordinária, com competência para a conciliação, o processo, o julgamento e a execução das causas. Nas questões criminais, refere-se às contravenções penais e crimes de menor potencial ofensivo (crimes menores), cuja pena privativa de liberdade não ultrapasse o período de 2 anos.

Também decorre da aplicação desta lei que o juiz poderá homologar acordo feito entre o Promotor de Justiça e o réu (art. 76, § 4º), assim como determinar, em sentença de mérito, as penas restritivas de direito, entre elas a de prestação de serviços à comunidade.

Esta lei prevê um tratamento diferenciado do que era dispensado à totalidade das contravenções penais e crimes praticados no país. Busca-se inicialmente resolver a questão por intermédio da conciliação, ou mesmo pela aceitação por parte do infrator, de uma medida administrativo-penal, como a Prestação de Serviços à Comunidade, onde não ocorre a imposição, mas sim o acatamento de uma obrigação por parte daquele que teria cometido um ilícito penal.

O Fórum do Norte da Ilha dispõe de recursos técnicos para responder favoravelmente a esta nova demanda, já que o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade é de reconhecida importância para a política de repressão à criminalidade, contribuindo para a reeducação dos apenados, o que por si só garante sua efetividade e justifica a intenção do Projeto.

V - Objetivos

Objetivo Geral:

Possibilitar um efetivo processo de reeducação e ressocialização do indivíduo submetido a Prestação de Serviço à Comunidade, oportunizando que este desenvolva atividades de acordo com suas aptidões, visando a reflexão dos seus atos e a não reincidência do delito cometido.

Objetivos específicos:

- fazer o levantamento das principais Instituições assistenciais existentes na Comarca de Florianópolis, especialmente a região do norte da ilha, aptas e

interessadas na recepção de apenados para cumprimento de prestação de serviços à comunidade;

- realizar entrevista com o apenado para conhecer suas aptidões e condições pessoais e encaminhar à Instituição adequada ao seu perfil;

- acompanhar e orientar o indivíduo submetido à prestação de serviços à comunidade, assim como sua família, se for o caso, levando-os à reflexão de seus atos e potencializando suas aptidões.

- fiscalizar o cumprimento da pena, de conformidade com o período estabelecido pela autoridade judiciária.

VI - Metodologia

O Projeto será desenvolvimento em três etapas, a saber:

Primeira etapa

- levantamento das principais Instituições assistenciais existentes na Comarca de Florianópolis e comarcas circunvizinhas (Palhoça, Biguaçu e São José), utilizando os cadastros já existentes no Juizado Especial Criminal do Fórum do Norte da Ilha e da Vara de Execuções Penais do Fórum Central, classificando-as por município e bairro;
- preparação do instrumental que será utilizado: formulários para entrevista, tanto com o apenado quanto com a Instituição, termo de convênio (Fórum e Instituição), formulário de avaliação e modelo de relatório para o processo;
- reunião com Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Assistente Social e estagiárias, com a finalidade de estabelecer a rotina do Projeto.

Segunda etapa

- visita às Instituições para conhecimento do local, da coordenação e da política de atendimento; identificação da natureza de suas atividades, do número de vagas disponíveis, da habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da pena, restrições quanto ao tipo de delito, dias e horários para a prestação do serviço. A visita também tem a finalidade de apresentar o

Projeto e seus objetivos. Será feita mediante agendamento prévio e referendada pelo MM. Juiz Diretor do Foro, que o fará através de Ofício (ANEXO 2);

- assinatura de convênio (Fórum e Instituição) com o objetivo de formalizar o encaminhamento dos prestadores de serviço à comunidade, submetidos a pena restritiva de direito, de acordo com o art.46 da Lei 9.714/98;

Terceira etapa

- entrevista com os apenados para detectar suas aptidões e condições pessoais, adequando-as à instituição que melhor atenda suas necessidades, facilitando o cumprimento da pena;
- encaminhamento formal do apenado à Instituição.

Quarta etapa

- acompanhamento e orientação ao apenado, através de contatos, entrevistas e visitas quando se fizerem necessárias .
- fiscalização da prestação dos serviços, através de contatos com a instituição;
- relatório de avaliação sobre o cumprimento da Medida, encaminhado pela Instituição e apresentado ao processo.

VII - Indicadores de Avaliação

Durante a execução do Projeto será feito o acompanhamento das ações, com o objetivo de aferir se o que foi programado (convênio com as instituições, aplicação de formulário para identificação de suas atividades, entrevistas com os prestadores de serviços à comunidade, encaminhamento às Instituições, etc.) está sendo efetivamente cumprido.

Objetiva também realizar levantamento quantitativo das instituições que firmaram o convênio, as atividades comumente oferecidas para o cumprimento da PSC, o montante de vagas disponíveis, o número de encaminhamentos realizados, quantos apenados cumpriram a PSC, quantos deixaram de atender a determinação da pena e qual o percentual de reincidência. Após esse levantamento, os dados serão avaliados com o fim de identificar os pontos a serem aperfeiçoados.

A avaliação do projeto será realizada de forma sistemática, contínua e permanente, durante todo seu processo de implantação e execução, com o objetivo de identificar a eficácia e eficiência das ações, verificação dos resultados e a readequação dos objetivos e estratégias de ação que se fizerem necessárias.

VIII – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a
	Quinzena Jan./20 04	Quinzena Jan./20 04	Quinzena Fev./20 04	Quinzena Fev./20 04
Elaboração do Projeto	X	X		
Apresentação do Projeto			X	
Construção do Instrumental (Formulários/Entrevistas)			X	
Contato com as Instituições		X	X	
Visitas às Entidades e realização de Convênio			X	X
Aplicação do Formulário às Instituições				X
Entrevistas com os apenados				X
Encaminhamento às Instituições				
Acompanhamento/fiscalização				
Avaliação				

IX - Referências Bibliográficas

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

FREITAS, D. P., FREITAS K. B. M. **Perícia Social**: o assistente social e os efeitos da perícia no judiciário. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2003.

GIL, A. C. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social** – ensaios críticos. São Paulo: 3ª Ed. Cortez, 1995.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça, **Textos da Palestras e Oficinas do IV Seminário Estadual de Assistentes Sociais Judiciais**, 2001. Não publicado.

MINUCHIM, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 83-84

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social**: Introdução as suas técnicas. São Paulo: 3ª Ed. Nacional, 1975.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**: construindo indicativos/organização da Assessoria Psicossocial. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça e Universidade Federal de. **8º Seminário de Formação de Conciliadores do Fórum do Norte da Ilha – Comarca da Capital**. Florianópolis: Texto não Publicado, 2002.

SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH, COOK. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. Trad. Leite D. M. São Paulo: Herder, 1967.

X – RELAÇÃO DO MATERIAL ANEXADO

ANEXO 1 - Lei nº 7210 de 11/07/1984 – Dispõe sobre as Penas Restritivas de Direito.

ANEXO 2 - Lei 9.714 de 25/11/98 -... Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e dispõe sobre as Penas Restritivas de Direito.

ANEXO 3 - Provimento nº 10/92 – Estabelece as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade *para a execução desta pena restritiva de direito, em cumprimento do art. 46 do Código Penal.*

ANEXO 4 - Modelo de Ofício para encaminhamento às Entidades.

ANEXO 01

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

LEI N.º 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

CAPÍTULO II

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 147 - Transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direito, o juiz de execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades públicas ou solicitá-la a particulares.

Art. 148 - Em qualquer fase da execução, poderá o juiz, motivadamente, alterar a forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana, ajustando-as às condições pessoais do condenado e às características do estabelecimento, da entidade ou do programa comunitário ou estatal.

SEÇÃO II

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Art. 149 - Caberá ao juiz da execução:

I - designar a entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou convencionado, junto ao qual o condenado deverá trabalhar gratuitamente, de acordo com as suas aptidões;

II - determinar a intimação do condenado, cientificando-o da entidade, dias e horário em que deverá cumprir a pena;

III - alterar a forma de execução, a fim de ajustá-la às modificações ocorridas na jornada de trabalho.

§ 1º - O trabalho terá a duração de 8 (oito) horas semanais e será realizado aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho, nos horários estabelecidos pelo juiz.

§ 2º - A execução terá início a partir da data do primeiro comparecimento.

Art. 150 - A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar.

SEÇÃO III

DA LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA

Art. 151 - Caberá ao juiz da execução determinar a intimação do condenado, cientificando-o do local, dias e horário em que deverá cumprir a pena.

Parágrafo único - A execução terá início a partir da data do primeiro comparecimento.

Art. 152 - Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas.

Art. 153 - O estabelecimento designado encaminhará, mensalmente, ao juiz da execução, relatório, bem assim comunicará, a qualquer tempo, a ausência ou falta disciplinar do condenado.

SEÇÃO IV

DA INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS

Art. 154 - Caberá ao juiz da execução comunicar à autoridade competente a pena aplicada, determinada a intimação do condenado.

§ 1º - Na hipótese de pena de interdição do art. 47, I, do Código Penal, a autoridade deverá, em 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento do ofício, baixar ato, a partir do qual a execução terá seu início.

§ 2º - Nas hipóteses do art. 47, II e III, do Código Penal, o Juízo da Execução determinará a apreensão dos documentos, que autorizam o exercício do direito interditado.

Art. 155 - A autoridade deverá comunicar imediatamente ao juiz da execução o descumprimento da pena.

Parágrafo único - A comunicação prevista neste artigo poderá ser feita por qualquer prejudicado.

Art. 204 - Esta Lei entra em vigor concomitantemente com a lei de reforma da Parte Geral do Código Penal, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 3.274, de 2 de outubro de 1957.

Brasília, em 11 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO – Presidente da República

Fonte: <http://www.senado.gov.br/web/senador/casmalda/leiexepen.htm>

ANEXO 02

Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 55 e 77 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 passam a vigorar com as seguintes redações:

"Penas restritivas de direitos

Art. 43. As penas restritivas de direitos são:

I - prestação pecuniária;

II - perda de bens e valores;

III - (VETADO);

IV - prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;

V - interdição temporária de direitos;

VI - limitação de fim de semana."

"Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II - o réu não for reincidente em crime doloso;

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

§ 1º. (VETADO)

§ 2º. Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

§ 3º. Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

§ 4º. A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado de restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido de pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

§ 5º. Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior."

"Conversão das penas restritivas de direitos

Art. 45. Na aplicação de substituição prevista no artigo anterior, proceder-se-á na forma deste e dos arts. 46, 47 e 48.

§ 1º. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima e seus dependente ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo e nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os

beneficiários.

§ 2º. No caso do parágrafo anterior, se houver aceitação do beneficiário, a prestação pecuniária pode consistir em prestação de outra natureza.

§ 3º. A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e o seu valor terá como teto - o que for maior - o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

§ 4º. (VETADO)"

"Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas".

Art. 46. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

§ 1º. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.

§ 2º. A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

§ 3º. As tarefas a que se refere o § 1º serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

§ 4º. Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior à metade da

pena privativa de liberdade fixada.

“Interdição temporária de direitos”.

Art. 47

IV - proibição de freqüentar determinados lugares.

"Art. 55. As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, V e VI do art. 43 terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída, ressalvado o disposto no § 4º do art. 46."

"Requisitos da suspensão da pena"

Art.77

§ 2º. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de novembro de 1998, 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Fonte: <http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/leisbr/penasalt.htm>

ANEXO 03

PROVIMENTO nº 10/92

Estabelece as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade para a execução desta pena restritiva de direito, em cumprimento do art. 46 do Código Penal.

O Desembargador NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE, Corregedor Geral da Justiça do Estado, no uso de suas atribuições e, Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade, na condição de pena restritiva de direito, muito embora exista em nosso sistema jurídico desde 11/07/84, com o advento da Lei nº 7.210, que introduziu alteração do Código Penal, ainda não foi implementada pelos juízos criminais no Estado;

Considerando que a penalidade em questão é uma conquista jurídica importantíssima, pois possibilita um efetivo processo de reeducação e ressocialização do apenado, quebrando a idéia generalizada de impunidade para as infrações tidas como de menor gravidade;

Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade oportuniza a integração do indivíduo com a comunidade em que vive, comprometendo-o a reflexão sobre o delito e suas conseqüências individuais e coletivas, propiciando ao prestador do serviço atuação em liberdade, tendo convívio social e familiar;

Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade é pena autônoma e substitui a privativa de liberdade, podendo ainda ser aplicada no primeiro ano do prazo de suspensão condicional da pena e que a inobservância do respectivo preceito tem levado os magistrados a aplicar equivocadamente o sursis especial, tornando letra morta a penalidade em questão;

Considerando a experiência já desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul, onde o projeto tem obtido resultados extraordinários;

RESOLVE:

1. Estabelecer as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, em todas as Comarcas do Estado, para implementação num prazo máximo de noventa (90) dias.

2. A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou

estatais (art. 46 do Código Penal).

3. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas, durante oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho (art. 46, parágrafo Único), nos horários estabelecidos pelo juiz (art. 149, III, da Lei de Execução Penal).

4. A prestação de serviços à comunidade é forma de pena restritiva de direito (art. 43, I), aplicada nas hipóteses definidas nos arts. 44 e 78, 1, do Código Penal, tendo caráter autônomo e substitutivo das penas privativas de liberdade.

5. Para a execução da pena restritiva de direito em questão, em consonância com o preceito do art. 149 da Lei de Execução Penal, há de se pressupor o conhecimento das aptidões e condições pessoais do apenado, o conhecimento das instituições onde os serviços poderão ser prestados e controle eficaz do cumprimento da pena.

6. Para a implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, portanto, é necessário que o juiz da execução da pena estabeleça:

a) um levantamento das instituições existentes na comarca, de caráter assistencial, particular ou pública, e sem fins lucrativos, aptas para a recepção dos apenados;

b) o conhecimento das condições pessoais do condenado, quanto à natureza dos serviços que poderá prestar;

c) a instalação de um serviço de apoio para o recolhimento de informações e acompanhamento de resultados.

7. O levantamento das instituições com possibilidade de serem conveniadas poderá ser realizado por Assistente Social do Juízo, onde houver, ou por Assistente Social da Prefeitura Municipal ou da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

7.1. O Assistente Social promoverá a colheita de informações sobre a natureza das atividades da instituição, o número eventual de vagas disponível, a habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da pena, restrições quanto ao tipo de delito, horários para a prestação do serviço, conforme formulário em anexo.

7.2. Os dados obtidos pelo Assistente Social, nos termos do item anterior, deverão compor um fichário, que instrumentará a escolha do local onde o prestador de serviço deverá cumprir a pena.

8. Feito o levantamento de que trata o item 7., e procedida a escolha da instituição beneficiária, deverá ser firmado um convênio entre o juízo da execução e o estabelecimento de prestação de serviço, com regulação do modo de cumprimento da pena, definição do número de vagas e do sistema de controle, conforme modelo em anexo.

9. Caberá ao juiz da execução, na conformidade do art. 149, da Lei de Execução Penal, a designação da entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou conveniado que dará cumprimento à pena.

9.1. O Serviço de Assistência Social deverá previamente entrevistar o apenado, para conhecer das suas aptidões e condições pessoais, para que o juiz tenha elementos para a sua decisão e para que o prestador possa ser encaminhado para a instituição mais adequada.

9.2. O Serviço de Assistência Social deverá, também, fiscalizar o cumprimento da pena, acompanhando a execução e visitando periodicamente a instituição conveniada, emitindo relatórios regulares.

9.3. Nas comarcas onde não houver assistente social judiciário, o programa deverá ser implantado com a colaboração da LBA e/ou da Prefeitura Municipal.

9.4. A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar (art. 150, LEP).

10. A execução da pena de prestação de serviços à comunidade é atividade inserida na competência da Vara das Execuções Criminais da comarca da Capital, cabendo-lhe assumir o programa, através de pessoal próprio e de outros setores administrativos do foro, além de outros Órgãos da administração pública.

10.1. Nas comarcas do interior a coordenação e execução do programa incumbirá aos juízes criminais.

10.2. Nas comarcas providas de duas Varas, com competência genérica para o cível e para o crime, a coordenação do programa incumbirá ao juiz da 1ª Vara.

10.3. Nas comarcas providas de mais de uma Vara Criminal, a coordenação incumbirá ao juiz da 2ª Vara Criminal (art. 103, § 2º, do Código Judiciário).

10.4. De qualquer modo, para que o programa tenha êxito, é indispensável a cooperação de todos os magistrados da jurisdição criminal de todas as comarcas,

que deverão definir os rumos do projeto, fazendo avaliações sistemáticas de resultado.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Florianópolis, 28 de agosto de 1992.

Des. NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE

Corregedor Geral da Justiça

ANEXO 04**MODELO DE OFÍCIO SUGESTÃO PARA ENCAMINHAMENTO ÀS
ENTIDADES**

COMARCA DA CAPITAL

FORUM DO NORTE DA ILHA

Florianópolis,fevereiro de 2004.

A(o)

Ilmo(a) Sr(a).

Diretor ou Coordenador (nome da instituição)

O Fórum do Norte da Ilha, comprometido com o exercício da cidadania, pensou e levou a termo um Projeto, cujo objetivo é implementar ações voltadas ao cumprimento integral das Medidas Alternativas, aplicadas nos crimes de menor potencial ofensivo.

A Prestação de Serviço à Comunidade - PSC, pena alternativa prevista em nosso sistema jurídico desde 11/07/1984, pela Lei 7.210 (art. 43 do CP), ainda não foi implementada em sua totalidade, neste Fórum. Pena restritiva de direito, a PSC consiste em atribuir ao reeducando (apenado), a prestação de serviços gratuitos à comunidade e a entidades públicas ou privadas de caráter assistencial (art. 46 CP).

O prestador de serviço à comunidade, ao cumprir sua pena através do trabalho, tem a possibilidade de participar do processo educativo, interagindo-se com a comunidade. Neste sentido, a Prestação de Serviço à Comunidade é uma das alternativas que apresenta melhores resultados, pois oportuniza ao reeducando, através da reflexão de seus atos, o resgate de valores que poderá levá-lo a se tornar um cidadão digno e participante da vida comunitária e à conscientização dos problemas sociais.

Temos a compreensão que esta é a forma mais educativa e socializadora para o apenado, pois além de possibilitar um menor custo como substitutivo penal, traz benefícios para as instituições sociais conveniadas da Comarca, que são beneficiadas com a prestação de serviços gratuitos.

Sendo assim, numa conjugação de esforços, convidamos V.Sa. a fazer parte deste Projeto, autorizando seu cadastramento como entidade conveniada para a implementação do Programa acima mencionado.

Isto posto e certos de sua compreensão para o alcance dos objetivos a que o Projeto se propõe, agradecemos antecipadamente, apresentando nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Dr. Henry Petry Júnior

Juiz de Direito

ANEXO B – CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS APLICADAS EM AUDIÊNCIA DE TRANSAÇÃO PENAL

O Cidadão que não cumprir as Medidas aplicadas em audiência poderá sofrer as seguintes consequências:

- ser denunciado ao Juiz de Direito pelo Promotor de Justiça;
- responder a um processo crime, se for condenado;
- deixar de ser réu primário;
- sofrer aumento do valor da prestação pecuniária (multa);
- sofrer aumento no tempo da prestação de serviços à comunidade;
- ficar impedido de participar da maioria dos concursos públicos;
- enfrentar dificuldades para liberação de passaporte;
- ser demitido por justa causa;
- constar passagem criminal em folha corrida (certidões negativas cíveis e criminais);
- estar sujeito às penas privativas de liberdade- Prisão.

OBS: Qualquer pessoa que recebe uma Medida alternativa, se incorrer em novo delito no prazo de cinco anos, não poderá receber outra de igual teor, ficando sujeito a processo crime.

ANEXO C – Cadastro do Reeducando - Entrevista

**Estado De Santa Catarina
Poder Judiciário
Comarca da Capital
Foro do Norte da Ilha
Juizado Especial Criminal
Setor de Serviço Social**

**PROGRAMA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE
CADASTRO DO REEDUCANDO - ENTREVISTA**

N.º do processo:

Data da Entrevista:

I - Identificação do apenado/autor de fato tido como contrário à lei

Nome:

Naturalidade:

Data de Nascimento:

Idade:

Filiação:

Profissão:

Escolaridade:

Estado Civil:

Endereço:

Ponto de referência:

Telefone:

RG N.º:

II - Aptidões e habilidades

III - Dias e horários disponíveis para a prestação do serviço

IV - Delito (circunstâncias em que ocorreu)

V - Medida Aplicada

VI - Informações Gerais

Florianópolis,

ANEXO D – Avaliação Final

**Estado De Santa Catarina
Poder Judiciário
Comarca da Capital
Foro do Norte da Ilha
Juizado Especial Criminal
Setor de Serviço Social**

AVALIAÇÃO FINAL

Avaliador: prestador de serviços

Atribua um dos conceitos a cada item abaixo:

1 - a orientação que você recebeu da Instituição sobre a tarefa na PSC, foi:

() ótima () boa () regular () insuficiente

2 - você acha que a acolhida e motivação proporcionadas pela Instituição foi:

() ótima () boa () regular () insuficiente

3 - como você classifica o reconhecimento do seu trabalho na PSC, pela Instituição:

() ótimo () bom () regular () insuficiente

4 - como é o seu relacionamento com a sua chefia imediata na PSC?

() ótimo () bom () regular () insuficiente

5 - sua integração com os demais colaboradores da Instituição é:

() ótima () boa () regular () insuficiente

6 - sente-se útil na Instituição?

() sim () não () às vezes

7 - sente-se obrigado a cumprir tarefas que não queria?

() sim () não () às vezes

8 - comentários e sugestões:

Data: ____/____/____

Prestador do Serviço

- ❖ O que você aprendeu com esta experiência: desde o delito até o cumprimento da pena alternativa?
- ❖ O que você achou do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e que resultados trouxe para sua vida? (Voltou a estudar? Trabalhar? A fazer serviços voluntários? Voltou à Instituição?).